

EDITAL DE LICITAÇÃO	
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS – ESTADO DO MARANHÃO	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10415/2024	
MODALIDADE	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRÊNCIA.	
BASE LEGAL	Art. 175 da Constituição Federal, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.987/1995, Lei Federal nº 12.587/2012, Lei Municipal nº 1.343/2017 e demais legislações correlatas.
OBJETO	Concessão de serviço público para prestação e exploração de serviço de transporte público coletivo, por meio de ônibus, do Município de Balsas/MA
TIPO DE LICITAÇÃO	TÉCNICA E PREÇO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço obtido pelo valor da tarifa do serviço a ser prestado cumulado com melhor técnica, nos termos do art. 15, inciso V, da Lei Federal nº 8.987/1995.
MODO DE DISPUTA	Aberto
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	www.portaldecompraspublicas.com.br .
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES – SESSÃO PÚBLICA	11 de junho de 2024.
	09h:00min (nove horas).
VALOR ESTIMADO DA CONCESSÃO	O valor estimado da concessão é de R\$ 77.915.520,00 (setenta e sete milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e vinte reais).
PRAZO DA CONCESSÃO	20 (vinte) anos, conforme art. 9º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.343/2017.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:	
O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br , e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Balsas, com sede na Praça Prof. Joca Rêgo, nº 121, Centro, BALSAS-MA, no horário das 08h00min (oito horas) às 13h00min (treze horas).	

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
PROCESSO Nº 10415/2024

O **MUNICÍPIO DE BALSAS**, por meio do Agente de Contratação, instituído pela Portaria nº 056/2024, torna público que no **dia 11 de junho de 2024, às 09h00min**, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 02/2024**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, com critério de julgamento do **MENOR VALOR DA TARIFA** combinado com a **MELHOR TÉCNICA**, de interesse da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Gestão Tributária e do Departamento Municipal de Trânsito – DMT, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.987/1995, Lei Federal nº 12.587/2012, Lei Municipal nº 1.343/2017, demais legislações correlatas, e ainda pelos Princípios Gerais do Direito Público, pelas demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO TRIBUTÁRIA
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 19/04/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23H:59M DO DIA 06/06/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:	23H:59M DO DIA 06/06/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08H:59M DO DIA 11/06/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09H:00M DO DIA 11/06/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
VALOR ESTIMADO	R\$ 77.915.520,00 (setenta e sete milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e vinte reais)

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **concessão de serviço público para prestação e exploração de serviço de transporte público coletivo, por meio de ônibus, do Município de Balsas/MA.**

a) Todas as especificações, quantitativos, rotas, quilometragens, exigências, tarifas, bem como, as condições gerais de execução dos serviços e suas justificativas, obrigações da futura CONCESSIONÁRIA e do Município de Balsas, além das disposições e descrições técnicas dos ônibus, encontram-se contidas no **Projeto Básico (ANEXO I)** e no **Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I.II).**

b) Os termos técnicos utilizados neste Edital estão reunidos no **Glossário (ANEXO I.II).**

1.2. A presente Concorrência será realizada em único item.

1.3. Considerando que o tipo **TÉCNICA E PREÇO**, o critério de julgamento adotado será menor valor da tarifa do serviço a ser prestado cumulado com melhor técnica, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.987/1995.

1.4. O regime de execução do serviço será de Empreitada por Preço Global por Tarifa.

2. DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

2.1. O valor estimado do Contrato de Concessão de Serviço Público do Transporte Coletivo é de **R\$ 77.915.520,00 (setenta e sete milhões novecentos e quinze mil, quinhentos e vinte reais)**, correspondente à receita do sistema no prazo de 20 (vinte) anos, da tarifa pública média de referência de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) e dos passageiros equivalentes/mês de 72.144 (setenta e dois mil cento e quarenta e quatro).

3. DO PRAZO DA CONCESSÃO

3.1. O prazo da exploração da concessão será de **20 (vinte) anos**, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão.

a) O prazo referido poderá ser prorrogado, por igual período, obedecido o prazo máximo fixado no art. 9º, § 1º, da Lei Municipal nº 1.343/2017, desde que comprovado o cumprimento regular pela CONCESSIONÁRIA das normas previstas de prestação dos serviços contratados;

3.2. O prazo máximo para início da operação dos serviços é de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão.

3.3. A partir do início da operação, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com frota, equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. Nesta Concessão do Serviço Público do Transporte Coletivo, não haverá despesa a ser suportada pela Prefeitura Municipal de Balsas/MA.

5. DO CREDENCIAMENTO.

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.

5.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA.

6.1. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**.

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a)** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- d)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- i)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- k)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- l)** Instituições sem fins lucrativos e sociedades cooperativas.

6.4. Como condição para participação na concorrência, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

6.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

6.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

6.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

6.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

6.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

6.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

6.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7. DA GARANTIA DE PROPOSTA:

7.1. As licitantes deverão prestar, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de GARANTIA DE PROPOSTA, como requisito de pré-habilitação, **correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor estimado para a contratação**, com prazo de validade mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da sua apresentação.

7.2. As garantias poderão ser prestadas nas seguintes modalidades, previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b)** seguro-garantia, emitido por companhia seguradora brasileira, em favor do Município de Balsas;
- c)** fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no país, em favor do Município de Balsas;
- d)** título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

7.3. No caso da Garantia de Proposta apresentada em dinheiro, a licitante deverá providenciar o depósito em conta poupança da Comissão Permanente de Licitação – CPL no Banco _____, Agência _____, Conta nº _____.

7.4. A Garantia de Proposta das licitantes inabilitadas ou desclassificadas será restituída no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

7.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação

7.6. O agente de contratação analisará a regularidade e efetividade das Garantias das Propostas.

7.7. As Proponentes que deixarem de apresentar Garantia de Proposta ou que apresentarem de forma diversa das condições estabelecidas neste Edital estarão impedidas de participar da licitação.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente, com os documentos de habilitação exigidos no edital, a garantia de proposta, proposta técnica com a descrição do objeto ofertado e de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. O envio da proposta técnica e de preço, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

8.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de análise das propostas técnicas e de preço.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS.

9.1. O licitante enviará sua proposta técnica mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Especificação do objeto e documentos técnicos anexos, conforme descrição detalhada no Projeto Básico.

9.2. A PROPOSTA TÉCNICA anexada no sistema deverá observar o seguinte Sumário, com base nos critérios de julgamento estabelecidos no Projeto Básico (ANEXO I):

Sumário

1. Apresentação da Proposta Técnica
2. Conhecimento Geral dos Problemas
3. Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo operado)
4. Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento)
5. Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO em Balsas

9.3. O Plano de Operação do TRANSPORTE COLETIVO em Balsas deverá conter a metodologia de execução dos serviços, com detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das **áreas de atividade** objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo, quais sejam:

- I. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- II. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- III. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional
- IV. Plano de Acessibilidade;
- V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;
- VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial

9.4. As informações referentes a cada parâmetro de julgamento e as tabelas contendo as pontuações estão estabelecidas no Projeto Básico (ANEXO I).

9.5. O agente de contratação poderá efetuar diligência para comprovar a origem e conteúdo dos atestados apresentados e/ou veracidade das informações contidas nos documentos.

9.6. O licitante enviará sua **PROPOSTA DE PREÇOS** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.6.1. Valor unitário e total do **ITEM** de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

9.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do projeto Básico.

9.7. A PROPOSTA DE PREÇOS anexada no sistema deverá observar:

a) Número desta Concorrência, razão social da licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail);

b) Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, que demonstre a viabilidade da tarifa ofertada, com o seguinte conteúdo mínimo:

c.1) descrição detalhada da metodologia adotada no Estudo;

c.2) hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;

c.3) estrutura de receitas e custo da operação do Transporte Coletivo;

c.4) Taxa Interna de Retorno – TIR, Valor Presente Líquido – VPL;

c.5) detalhamento dos investimentos prudentes, referentes às obras de modernização e de fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento;

d) Preço da tarifa do serviço, em Real (R\$), em algarismo e por extenso, com no máximo dois algarismos após a vírgula, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da Proposta, com expressa indicação do percentual de desconto ofertado para o complemento máximo previsto no Projeto Básico;

e) Prazo de exploração da concessão: 20 (vinte) anos, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;

f) Prazo de validade da Proposta: 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

9.8. Não serão consideradas ofertas de tarifas públicas com valor superior a R\$ 4.50 (quatro reais e cinquenta centavos) ou tarifa de remuneração superior a R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), já que estes foram os valores calculados para equilíbrio e viabilidade do Sistema de Transporte Coletivo em Balsas, conforme consta no **Estudo Técnico Preliminar** (ANEXO I.I).

9.9. O valor ofertado na Proposta de Preços não dependerá de isenções de taxas, impostos ou

qualquer outro benefício fiscal proveniente da Prefeitura Municipal de Balsas/MA ou do Governo do Estado do Maranhão.

9.10. Pedidos de retificação, por engano na cotação ou especificação do objeto da licitação, somente serão aceitos antes de abertas as propostas, não sendo admitida a simples oferta de desconto ou aumento de preços, sem suficiente demonstração do engano.

9.11. Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a valores.

9.12. Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias antes de findo o prazo de validade.

9.13. Não serão admitidas propostas que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.14. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. Assim, nos casos de propostas manifestamente inexequíveis, será facultado à licitante, antes da sua recusa, o prazo de 2 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

9.15. No valor da tarifa deverão estar incluídos todos os custos e despesas, inclusive os de mão-de-obra, materiais, veículos e equipamentos necessários, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas ao objeto da licitação.

9.16. Sob pena de desclassificação, fica o licitante obrigado a apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021 (ANEXO V).

9.17. A Proposta Técnica será julgada e avaliada por uma **banca técnica**, constituída por meio de Portaria, instituída exclusivamente com a finalidade de julgamento das propostas desta Concorrência.

9.18. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.19. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇO.

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. A Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

10.4. Iniciada a sessão será analisada a proposta técnica dos licitantes, conforme os critérios de julgamento e avaliação descritos no Edital.

10.5. Compete exclusivamente à Banca Técnica avaliar o mérito dos documentos e informações prestadas, bem como julgar a capacidade técnica, econômica e financeira de cada proponente, sua classificação técnica e final, e a exequibilidade das propostas apresentadas, podendo solicitar pareceres técnicos da área interessada, para auxiliar o julgamento.

10.6. As Propostas Técnicas que estiverem de acordo com os critérios e especificações pré-estabelecidos neste Edital serão analisadas, podendo a Banca Técnica convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase de julgamento.

10.7. Na análise das Propostas Técnicas serão observados os parâmetros de julgamento abaixo:

1. Conhecimento Geral dos Problemas;
2. Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Público Coletivo operado);
3. Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento);
4. Plano de Operação do TRANSPORTE COLETIVO em Balsas, incluindo o cronograma de execução.

10.8. Para efeito do julgamento, a Banca Técnica irá analisar cada Proposta Técnica e também compará-las entre si, atribuir as notas conforme as Tabelas de pontuação estabelecidas no Projeto Básico. As notas poderão variar de **0,0 (zero) a 100,0 (cem)** pontos, com precisão de 01 casa decimal.

10.9. Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que obtiverem **NOTA ZERO** em qualquer um dos **5 (cinco) parâmetros de julgamento relacionados no item 11.6.**

10.10. Para o atendimento dos quantitativos mínimos, não será permitido o somatório de atestados.

10.11. As licitantes serão classificadas por ordem decrescente do Índice de Pontuação Técnica (IPT), que será apurado mediante aplicação a seguinte fórmula:

$$\text{IPT} = \text{Parâmetro 1} + \text{Parâmetro 2} + \text{Parâmetro 3} + \text{Parâmetro 4}$$

10.12. A Banca Técnica deverá apresentar Relatório pertinente ao julgamento das Propostas Técnicas, indicando a pontuação para cada parâmetro e o Quadro de Pontuação Final, contendo a ordem de classificação das licitantes e seus respectivos IPT.

10.13. Após a divulgação, em sessão pública, do resultado do julgamento das propostas técnicas, serão analisadas as propostas de preço dos licitantes. Em seguida, serão examinados os documentos de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, com a maior pontuação técnica.

10.14. A Proposta de Preços, uma vez aberta, vinculará a licitante, obrigando-a a execução dos serviços caso lhe seja adjudicado o objeto.

10.15. A Banca Técnica deverá analisar as Propostas de Preços em conformidade com os requisitos fixados no Projeto Básico.

10.16. A banca técnica poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre a Proposta sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.

10.17. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total, ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

10.18. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

- a) não atendam aos requisitos deste instrumento convocatório.
- b) apresentem preços simbólicos, de valor zero, superestimados ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, incisos I e II, da Lei Federal nº /93;
- c) apresentarem tarifa pública superior ao valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), ou tarifa de remuneração superior a R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- d) não justificarem os índices adotados, compatíveis com a proposta apresentada;
- e) apresentarem preços baseados em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de valor menor;
- f) Contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento.

10.19. Na análise dos preços propostos pela licitante considerar-se-á que os preços são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas do serviço.

10.20. As propostas serão classificadas com base na pontuação obtida através da seguinte relação:

$$\text{CFP} = 0,70 \times \text{IPT} + 0,30 \times \text{IPP}$$

onde:

CFP = *Classificação Final das Propostas*

IPT = Índice de Pontuação Técnica (IPT) calculado

IPP = Índice de Proposta de Preços

0,70 = Fator de ponderação do Índice de Pontuação Técnica (IPT)

0,30 = Fator de ponderação do Índice de Proposta de Preço (IPP)

10.21. Para o cálculo da *Classificação Final das Propostas* (CFP), a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

10.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua

reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.23. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.23.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

10.23.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.23.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

10.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.24.2. empresas brasileiras;

10.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

10.25. O Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.25.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.26. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

11.2. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.6. Erros no preenchimento da PLANILHA ORÇAMENTÁRIA não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Agente de Contratação, desde que não haja majoração do preço.

11.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.6.2. A falta de qualquer peça técnica ensejará a desclassificação da proponente licitante, assim como, erros de preenchimento dos mesmos, com a única exceção item 12.6 deste edital.

11.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

11.8. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

11.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.10. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.11. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.12. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

12.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

12.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

12.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

12.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

12.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

12.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação.

12.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.9. Habilitação Jurídica, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.9.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.9.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.10. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

12.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.10.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.10.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.10.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.10.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.10.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

12.10.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

12.10.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.11.HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

12.11.1. Certidão Negativa de efeitos sobre, expedida pelo distribuidor da sede do licitante empresa, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

12.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.11.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.11.3.1. No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá ser apresentado o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social ou caso a empresa tenha sido constituída no ano da realização da licitação, deverá ser apresentado o balanço de abertura;

12.11.3.2. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.11.4. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

12.11.5. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação.

12.11.6. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital, conforme art. 69, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

12.11.7. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados, conforme art. 69, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

12.11.8. A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

12.12. Qualificação Técnica

12.12.1. Qualificação Técnico-Operacional – comprovação de aptidão de desempenho técnico de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta Concorrência, mediante apresentação de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, que comprove(m) ter a licitante executado para órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda, para empresa privada, serviço(s) relativo(s) a:

I. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO com tecnologia de Sistema de Bilhetagem Automática e Sistema Complementar de Operação, por no mínimo 01 (um) ano, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados no Projeto Básico.

II. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de ônibus exigidos para a frota inicial estimados no Projeto Básico.

a.1) Os atestados de capacidade/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

a.2) Para o atendimento dos quantitativos mínimos, estabelecidos para os itens de maior relevância, não será permitido o somatório de atestados.

a.3) As exigências ora elencadas para a qualificação técnico-operacional poderão também ser atendidas por atestado comprobatório de execução de serviço ou parcela de serviço caracterizada em espécie e quantitativo como similar, e que tenha demonstrado complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

a.4) O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus;

b) Declaração de Indicação do Responsável Técnico ou Gerente Geral, enquanto profissional que se responsabilizará pela execução/acompanhamento dos serviços, podendo ser utilizado o modelo constante no ANEXO VII deste Edital;

b.1) A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante ou mediante certidão do Conselho de Classe devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

b.2) Quando se tratar de sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho de Classe, devidamente atualizados;

b.3) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

c) **Declaração de Disponibilidade de Recursos Humanos, Máquinas, Equipamentos e Sistemas** adequados para a realização do objeto da licitação, conforme modelo constante no ANEXO VIII deste Edital.

d) **Declaração de Disponibilidade de Frota**, conforme modelo constante no ANEXO IX deste Edital

12.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

12.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

14.2. O recorrente terá, a partir de então, **o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões**, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, **apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

14.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da fase de propostas.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

16.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

17.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

18. DO CONTRATO DE CONCESSÃO

18.1. O Contrato de Concessão será celebrado entre o Município de Balsas e a licitante adjudicatária, observada as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à espécie.

18.2. Constam na minuta do Contrato (**Anexo XIII**) as condições e a forma de execução dos serviços, prazo de exploração da concessão, repactuação, pagamentos, sanções, rescisão e demais obrigações da CONCESSIONÁRIA e do Poder Concedente, fazendo parte integrante deste Edital.

18.3. A CONCESSIONÁRIA deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas nesta Concorrência, em especial no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto.

18.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

19. DA RENUMERAÇÃO DA CONCESSÃO

19.1. As normas, prazos e condições pertinentes à remuneração estão fixadas no Projeto Básico (ANEXO I) e deverão ser adequadas de acordo com o Plano de Operação do TRANSPORTE COLETIVO em Balsas vinculado ao Contrato de Concessão.

20. DO REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

20.1. As normas, prazos e condições pertinentes ao reajuste e revisão de tarifas estão fixadas no Projeto Básico (ANEXO I) e deverão ser adequadas de acordo com o Plano de Operação do TRANSPORTE COLETIVO em Balsas vinculado ao Contrato de Concessão.

21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Será permitida a subcontratação dos serviços relativos às funções de operação, desde que parcial, e haja prévia anuência do Poder Concedente.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

22.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

24. DO PAGAMENTO.

24.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25. DA TRANSFERÊNCIA

25.1. A transferência do Contrato de Concessão deverá cumprir todas as determinações legais e dependerá de prévia anuência do Poder Concedente.

25.2. Para obter a anuência do Poder Concedente, o pretendente deverá: a) atender às exigências para habilitação previstas no Edital; e b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

26.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

26.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

26.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

26.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

26.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

26.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

26.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

26.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

26.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

26.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

26.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município, as sanções administrativas previstas no ITEM 27.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

26.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

26.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;
- b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

27.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

27.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

27.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

27.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

27.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

27.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

27.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

27.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

27.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

28.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.12. A Prefeitura de Balsas, poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

28.12.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

28.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

28.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

28.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo I.I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo I.II – Glossário

Anexo II – Modelo de Declaração de Concordância com os Termos do Edital;

Anexo III – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

Anexo IV – Modelo de Declaração de que suas Propostas Econômicas Compreendem a Integralidade dos Custos para Atendimento dos Direitos Trabalhistas (Art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021)

Anexo IV – Modelo de Declaração de Realização de Vistoria Prévia;

Anexo V – Modelo de Declaração de Dispensa de Vistoria Prévia;

Anexo VI – Modelo de Carta de Credenciamento de Procurador;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Indicação do Responsável Técnico e/ou Gerente Geral;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Recursos Humanos, Máquinas, Equipamentos e Sistemas;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Disponibilidade de Frota;

Anexo X – Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

Anexo XI – Modelo de declaração de sujeição às condições estabelecidas no edital e de inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

Anexo XII – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo XIII – Minuta do Contrato de Concessão.

Balsas, 16 de Abril de 2024.

Vinicius Ribeiro Conceição
Servidor(a)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA

1. DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem por objeto a concessão de serviço público para prestação e exploração de serviço de transporte público coletivo, por meio de ônibus, com vistas à atender a demanda da população, o interesse público e de atividades do Departamento Municipal de Trânsito – DMT, do Município de Balsas/MA.

Todas as especificações, quantitativos, rotas, quilometragens, exigências, tarifas, bem como, as condições gerais de execução dos serviços e suas justificativas, além das disposições e descrições técnicas dos ônibus, encontram-se contidas neste Projeto Básico e no **Estudo Técnico Preliminar** realizado e termos técnicos reunidos no Glossário, partes anexas deste documento.

Dessa forma, o Projeto Básico tem por objetivo estabelecer as políticas públicas, diretrizes, critérios e demais parâmetros técnicos, jurídicos, operacionais, econômicos e financeiros e de conveniência que deverão ser considerados na formulação da Propostas Técnica e de Preço para participação na Concorrência Pública.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

A licitação será realizada nos termos do art. 175 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 8.666/93 (Lei Geral de Licitações), Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei de Concessão de Serviço Público), Lei Federal nº 12.587/2012 (Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana), Lei Municipal nº 1.343/2017 (Concessão de Serviço Público) e suas respectivas alterações, devendo ser observados os Princípios Gerais do Direito Público, e demais normas pertinentes, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A seleção para exploração e prestação do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros (STPC) do Município de Balsas, mediante Concessão, será realizada na modalidade Concorrência, exclusiva à iniciativa privada que demonstre capacidade para seu desempenho, por prazo determinado.

Para o julgamento da licitação será adotado a combinação dos critérios de menor valor da

tarifa do serviço público a ser prestado com a melhor técnica, conforme disposto inciso V do artigo 15 na Lei n.º 8.987/95.

4. JUSTIFICATIVA

Considerando que a administração do TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS-MA é da responsabilidade do Departamento Municipal de Trânsito (DMT), assim como, a gestão da qualidade dos serviços prestados aos usuários do transporte coletivo;

Considerando que constituem objetivos primordiais do sistema de transporte coletivo:

- a) Proporcionar serviços de qualidade para embarque e desembarque de veículos destinados ao transporte coletivo;
- b) Criar e manter infraestrutura de serviços para atendimento aos passageiros;
- c) Garantir condições de segurança, higiene e conforto aos usuários do transporte coletivo;

Considerando que a qualidade de serviços em qualquer segmento público ou privado deve ser planejada e ter as ações de melhoria contínua;

Considerando que o Departamento Municipal de Trânsito (DMT) tem a necessidade de buscar e garantir níveis de qualidade na prestação de serviços a serem desenvolvidos pelo sistema de transporte coletivo.

Considerando que o Departamento Municipal de Trânsito (DMT) avaliou e concluiu que fazer uma concessão para que o transporte coletivo em Balsas seja feito por terceiros será a melhor opção;

Considerando que tal conclusão decorre da necessidade de que o serviço de transporte público coletivo de passageiros requer todo o conhecimento e experiência necessários à atividade, bem como pessoal qualificado, equipe disponível e à disposição para operação do sistema, além de especialistas em transporte coletivo, atendimento e comunicação com públicos diversos e usuários do sistema;

Considerando o alto investimento econômico-financeiro para os serviços de transporte coletivo de qualidade;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.987/95 e no artigo 175 da Constituição Federal, que cria conjunto de regras uniformes e organizadas para a concessão e prestação de serviços públicos e estabelece que, através de contrato, os capitais privados prestarão esses serviços em nome do Poder Concedente, explorando bens e serviços que, ao final de um período, reverterão ao poder público; e

Considerando que as empresas privadas podem operar o transporte coletivo com mais eficiência, com procedimentos constantes e qualidade de menor custo proporcionando a prestação de um serviço mais adequado à população;

Conclui-se, assim, que a operação do sistema de transporte coletivo em Balsas/MA será

melhor executada por meio de uma empresa especializada na gestão operacional, comercial, administrativa e financeira de tais serviços.

5. DO PRAZO DA CONCESSÃO

O prazo da exploração da concessão será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão.

O prazo referido poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, obedecido o prazo máximo fixado no 9º, §1º, da Lei Municipal nº 1.343/2017, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) cumprimento regular pela CONCESSIONÁRIA das normas de operação dos serviços e prestação dos serviços com qualidade satisfatória;
- b) concordância pela CONCESSIONÁRIA de valor do Contrato de Concessão para renovação a ser definido pelo Poder Público; e
- c) realização de novos estudos pelo Poder Público de viabilidade técnica e econômica da concessão que estabeleçam os parâmetros mínimos da nova concessão, da execução dos serviços e o valor da tarifa.

6. DO VALOR DO ESTIMADO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

O valor estimado do Contrato de Concessão de Serviço Público do Transporte Coletivo é de R\$ 72.576.000,00 (setenta e dois milhões, quinhentos e setenta e seis reais), correspondente à receita do sistema no prazo de 20 (vinte) anos, da tarifa média de referência de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) e dos passageiros equivalentes/mês de 67.200 (sessenta e sete mil e duzentos).

Este valor tem efeito meramente indicativo, não podendo utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição econômico-financeira do Contrato.

7. DOS VALORES DA CONCESSÃO

A remuneração da Concessionária será proveniente da receita com as seguintes fontes:

- I. Tarifa de Remuneração, subdividida em:
 - I.I Tarifa Pública, cobrada diretamente do usuário que utilizar o transporte;
 - I.II Complementações Tarifárias, utilizada para o equilíbrio do contrato;
- II. Veiculação publicitária na parte interna e externa dos ônibus, a serem definidas;
- III. Veiculação publicitária nos pontos de parada para embarque e desembarque de passageiros e terminais de integração, se construídos;
- IV. Outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos

associados ao Transporte Coletivo, mediante prévia autorização do Poder Concedente.

Dessa forma, serão admitidas, no exercício da Concessão, receitas alternativas derivadas de publicidade nos veículos, admitidos em lei, exceto as com conteúdo político partidário, com vistas a favorecer a modicidade do valor das tarifas, conforme disposto no art. 18 da Lei nº 8.987/1995 e art. 10, inciso V, da Lei nº 12.587/2012.

Nesse caso, a Concessionária deverá informar mensalmente ao Concedente o valor recebido a título de publicidade, o qual deverá ser descontado na hipótese de pagamento de déficit, ou repassado ao Concedente na hipótese de superávit, caso isso ocorra.

8. DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS

Constam no **Estudo Técnico Preliminar** as informações sobre o sistema de transporte coletivo, assim como a sua viabilidade técnica e econômica.

No que diz respeito às características gerais dos serviços, estas deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstas neste Projeto Básico, que será parte integrante do Contrato de Concessão, observadas ainda as normas previstas na Lei Municipal nº 1.343 de 24 de julho de 2017.

Logo, a futura empresa a obter Concessão, terá como atividades a administração, operação, manutenção e exploração do Transporte Público Coletivo em BALSAS, devendo prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, de modo a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

A Concessionária possuirá exclusividade na gestão, manutenção e operação do serviço transporte coletivo no Município Balsas. Dessa forma, torna-se imprescindível a utilização de modernas técnicas, equipamentos, instalações e sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

Nos casos de obras infra e supra estruturais, tais como os Pontos de Ônibus, Corredores Exclusivos, Terminais de Interação, entre outros, o Poder Concedente poderá fazê-lo de forma isolada ou por meio de PPP – Parceria Público-Privada, com a previsão de que: i) preferencialmente, a obra deverá ser ofertada à concessionária, que deverá se manifestar, por escrito, acerca do interesse ou não; ii) caso não haja o interesse por parte da concessionária, o Poder Concedente poderá buscar outro(s) investidor(es) Privado(s), que, a fim de obter o retorno pelo investimento a ser feito, poderá explorar comercialmente o objeto da PPP.

Com base nas informações contidas no presente Projeto Básico, as licitantes poderão elaborar a Proposta Técnica e da Proposta de Preço, observando os requisitos a serem seguidos na execução do objeto e o PLANO DE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM

BALSAS a ser desenvolvido e ofertado na proposta da licitante vencedora.

Registre-se que o Plano supracitado deverá ser revisado anualmente, sendo elaborado pela Concessionária e aprovado pelo Poder Concedente.

Para colocar em funcionamento o sistema de Transporte Coletivo em BALSAS, a Concessionária deverá providenciar aquisição de veículos, contratar equipes, instalar equipamentos, sistemas e infraestrutura adequada para o seu uso, inclusive no critério de priorizar a proximidade da garagem de manutenção dos veículos ao ponto final do itinerário, conforme Estudo Técnico Preliminar.

Em relação às instalações e equipamentos de garagem, a CONCESSIONÁRIA, durante os primeiros 24 (vinte e quatro) meses de operação dos serviços, poderá utilizar terreno, instalações e equipamentos provisórios, bem como serviços terceirizados de abastecimento, lavagem e manutenção dos veículos, até a conclusão da garagem definitiva, atendendo a todas as demais especificações do Projeto Básico.

Ainda quanto à infraestrutura para operacionalizar os serviços durante os 12 (doze) primeiros meses da prestação do serviço de transporte público coletivo, a Concessionária utilizará exclusivamente veículos do tipo ônibus. Após, esse prazo, se a Concessionária constatar a viabilidade da utilização dos veículos do tipo micro-ônibus, esta deverá expor e comprovar, através de estudos e levantamentos, dados e elementos probatórios suficientes, que atestem e demonstrem, a necessidade e possibilidade de sua utilização, ficando a critério da Concedente o aceite (ou recusa) da utilização de micro-ônibus no Município.

Por fim, resta estabelecido a utilização de 1 (um) itinerário, nos 2 sentidos (ida e volta) com 32 km na rota de ida e 33 km na rota de volta, totalizando 65 km de rotas a serem atendidas, conforme o **ANEXO II - (Estudo Técnico Preliminar)**, com o detalhamento da linha Grande Circular e das respectivas rotas.

9. DO SERVIÇO ADEQUADO:

A manutenção da concessão para exploração do serviço de transporte público coletivo convencional de passageiros pressupõe a prestação do serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários.

Assim, em conformidade com a legislação aplicável, a Concessionária obrigará-se à prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e acessibilidade, além do cumprimento das obrigações previstas neste Edital, assim definidos:

a) Regularidade: a prestação do serviço nas condições estabelecidas no Edital, em seus Anexos, no Contrato de Concessão e nas normas técnicas e regulamentares aplicáveis;

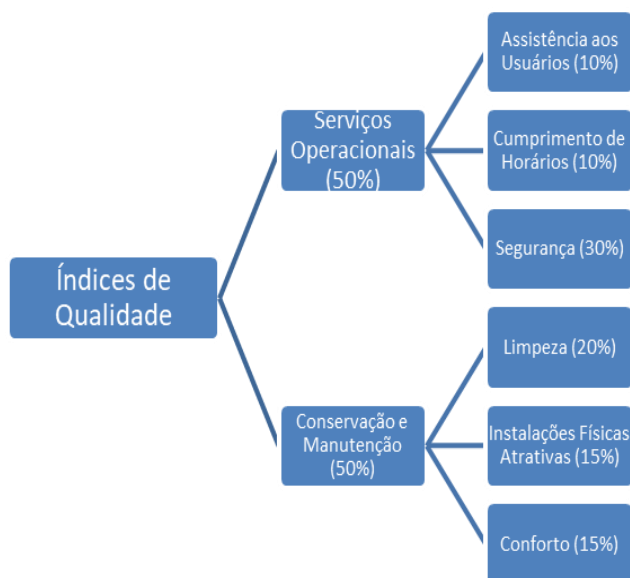
- b) Continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;
- c) Eficiência: a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;
- d) Atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e adequação do serviço na medida das necessidades dos usuários;
- e) Generalidade: universalidade da prestação dos serviços, isto é, serviços iguais, sem qualquer discriminação, com presteza, rapidez e segurança para todos os usuários;
- f) Cortesia na prestação dos serviços: tratamento com urbanidade, respeito, compreensão das especificidades, polidez e conforto para todos os usuários;
- g) Modicidade da tarifa: a justa correlação entre os encargos da Concessionária e a retribuição dos usuários, e
- h) Acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas, inclusive as com deficiência e/ou mobilidade reduzida, que possibilite autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor.

10. DOS ÍNDICES DE QUALIDADE

A Concessionária deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:

- Confiabilidade: capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- Presteza: capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- Segurança: capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- Empatia: cuidados e atenção individualizados aos usuários;

A Concessionária deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários. Esse padrão deverá ser analisado através do resultado de pesquisas semestrais elaboradas pela CONCESSIONÁRIA, por amostragem através de uma parcela mínima de 5% dos usuários do TRANSPORTE COLETIVO contemplando os seguintes: Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto (Embarque e Desembarque).



11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **Qualificação Técnica** dos licitantes, que será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Qualificação Técnico-Operacional** – comprovação de aptidão de desempenho técnico de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta Concorrência, mediante apresentação de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, que comprove(m) ter a licitante executado para órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda, para empresa privada, serviço(s) relativo(s) a:
- I. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO com tecnologia de Sistema de Bilhetagem Automática e Sistema Complementar de Operação, por no mínimo 01 (um) ano, com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de passageiros médios mensais estimados no Projeto Básico.
 - II. operação de SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO com pelo menos 50% (cinquenta por cento) do número de ônibus exigidos para a frota inicial estimados no Projeto Básico.
- a.1) Os atestados de capacidade/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;
- a.2) Para o atendimento dos quantitativos mínimos, estabelecidos para os itens de maior relevância, não será permitido o somatório de atestados.

- a.3) O conjunto dos serviços prestados deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus;
- b) Declaração de Indicação do Responsável Técnico e/ou Gerente Geral, enquanto profissional que se responsabilizará pela execução/acompanhamento dos serviços, podendo ser utilizado o modelo constante no Edital;
- b.1) A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante ou mediante certidão do Conselho de Classe devidamente atualizada ou Contrato de Trabalho, em que conste o profissional como responsável técnico, ou ainda, de declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;
- b.2) Quando se tratar de sócio da licitante, tal comprovação será feita através do Ato Constitutivo da empresa ou Certidão do Conselho de Classe, devidamente atualizados;
- b.3) É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma licitante, fato este que inabilitará todas as envolvidas;
- c) **Declaração de Disponibilidade de Recursos Humanos, Máquinas, Equipamentos e Sistemas** adequados para a realização do objeto da licitação, conforme modelo constante no Edital;
- d) **Declaração de Disponibilidade de Frota**, conforme modelo constante no Edital.

12. DA PROPOSTA TÉCNICA

A licitante deverá apresentar Proposta Técnica, sob a forma de relatório detalhado, contemplando a descrição da metodologia de operação e todos os prazos, documentos, declarações e compromissos exigidos no Edital, devendo conter ainda:

a) Apresentação da Proposta Técnica contendo sucintamente, a denominação da Licitante, a finalidade da Proposta e uma breve e precisa descrição da estrutura da proposta.

b) Conhecimento Geral dos Problemas contendo o detalhamento de informações e de dados, levantados pela licitante, que permitam mostrar o seu grau de conhecimento em relação ao TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, ao município e à região onde ele está inserido. Descrição dos aspectos físicos, comerciais e operacionais dos serviços objeto da licitação, com ênfase para o embarque e desembarque, bilheteria, operação de ônibus, características dos pontos de parada para embarque e desembarque de passageiros, terminais de integração de bairros, se construídos.

c) Demonstração da Experiência da LICITANTE (Porte do Transporte Coletivo Operado), a ser verificada/confirmada por meio da apresentação de atestado, em seu nome, comprovando a experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo, demonstrando/exibindo o número/quantitativo médio anual de embarques de passageiros.

d) Demonstração da Experiência da LICITANTE (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento), a ser verificada/confirmada através da apresentação de documento válido, em seu nome, comprovando/demonstrando o tempo de atuação da **LICITANTE** na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo e o período atuado.

e) Plano de Operação, contendo:

- i. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- ii. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- iii. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional
- iv. Plano de Acessibilidade;
- v. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;
- vi. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial.

13. DA ANÁLISE E PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

As Propostas Técnicas ofertadas pelas licitantes serão analisadas e pontuadas segundo os critérios abaixo descritos, obtendo cada Proposta uma Nota Técnica (NT), sendo desclassificadas aquelas que não atenderem às características mínimas constantes nos critérios exigidos.

A Comissão Julgadora, a ser designada para análise e pontuação das Propostas, deverá ser composta por representantes das áreas da administração municipal abaixo relacionados, os quais formarão um grupo que atribuirá nota a cada um dos quesitos indicados e apresentados no quadro a seguir, em conformidade com as instruções contidas neste Termo de Referência:

- 1) Secretaria de Infraestrutura: 01 (um) representante;
- 2) Secretaria de Desenvolvimento Econômico: 01 (um) representante;
- 3) Departamento Municipal de Trânsito: 01 (um) representante;
- 4) Secretaria de Finanças: 01 (um) representante;
- 5) Gabinete do Prefeito: 01 (um) representante.

A pontuação atribuída pela Banca Técnica, designada por Portaria, seguirá os critérios a seguir, até o máximo de:

- a) Conhecimento Geral do Problema: 10 (dez) pontos
- b) Experiência da Licitante (Porte do TC operada): 40 (quarenta) pontos;
- c) Experiência da Licitante (tempo de experiência de atuação no segmento com Sistema de Bilhetagem Eletrônica): 40 (quarenta) pontos;
- d) Plano de Operação da Licitante: 10 (dez) pontos;

Para melhor conduzir a análise técnica das Propostas, a Banca Técnica deve se basear pelos seguintes parâmetros:

14.1 PARÂMETRO 1 – CONHECIMENTO GERAL DO PROBLEMA:

A presente seção visa avaliar o conhecimento abrangente e profundo do licitante em relação aos desafios específicos envolvidos no escopo proposto. O licitante deverá demonstrar, de maneira clara e objetiva, sua competência técnica, evidenciando familiaridade com as nuances e complexidades inerentes ao projeto em questão.

O licitante deverá apresentar um texto dissertativo que revele seu entendimento abrangente sobre os trabalhos propostos. Esse documento deve abordar, de forma detalhada, os principais desafios, variáveis críticas e particularidades do projeto, demonstrando um conhecimento sólido e atualizado.

Além do texto dissertativo, a licitante tem a liberdade de utilizar recursos visuais, como cronogramas, gráficos, diagramas e tabelas, a fim de enriquecer a exposição do seu domínio técnico. Esses elementos visuais podem fornecer uma representação mais clara e precisa da abordagem proposta pelo licitante para equacionar e solucionar os problemas identificados.

Entender por equacionamento e solução a capacidade do licitante de formular estratégias eficientes para a execução de serviços, alinhados com as melhores práticas da engenharia contemporânea. A proposta técnica deve refletir a habilidade do licitante em otimizar economicamente o escopo licitado, garantindo, ao mesmo tempo, a excelência na entrega dos serviços.

É imperativo que o licitante demonstre clara adesão aos princípios de otimização econômica, garantindo que suas soluções sejam eficazes não apenas sob a perspectiva técnica, mas também do ponto de vista financeiro. A busca pela eficiência operacional, aliada à qualidade técnica, é fundamental para o sucesso do projeto.

Em suma, a Proposta Técnica deverá constituir um documento completo e persuasivo, destacando o conhecimento aprofundado do licitante sobre os problemas específicos a serem enfrentados e evidenciando sua capacidade de equacionamento e solução, sempre em consonância com as melhores práticas de engenharia e os princípios de otimização econômica.

Para o **Parâmetro Conhecimento Geral dos Problemas**, a Proposta Técnica deverá abordar os seguintes pontos:

a) **Conhecimento dos Problemas** – análise dos desafios inerentes ao serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO no Município de Balsas, com a identificação das questões primordiais, as medidas permitidas para sua implementação e todos os demais elementos considerados essenciais para a compreensão abrangente do problema, projetos e empreendimento associados.

b) **Conhecimento dos Aspectos Institucionais** - explicação sobre os aspectos institucionais relacionados ao serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, tendo em vista as regras e obrigações decorrentes da relação jurídica entre o Município de Balsas, enquanto Poder Concedente, e a Concessionária. Devem ser abordados, no mínimo, os seguintes aspectos: período da concessão; regulamentação das tarifas cobradas dos passageiros; estabelecimento de padrões mínimos de qualidade do serviço, como regularidade, pontualidade, segurança e conforto; fiscalização para monitorar o cumprimento das obrigações contratuais e a qualidade dos serviços prestados, dentre outros;

c) **Conhecimento dos Aspectos Gerenciais** – Identificação e explicação dos elementos específicos e importantes que a licitante considera essenciais para o gerenciamento da implementação das atividades relacionadas à implantação, operação e fiscalização do serviço de TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

d) **Conhecimento dos Aspectos Socioambientais** apreciação dos aspectos relacionados ao envolvimento e participação social e aspectos de gestão socioambiental do serviço público de transporte coletivo, com especial atenção para os seguintes aspectos socioambientais relevantes:

1. **Acessibilidade:** Implementação de medidas que garantam a acessibilidade universal, permitindo que pessoas com deficiência ou mobilidade utilizem minimamente o serviço de transporte público coletivo.
2. **Impacto na Saúde Pública:** Avaliação e gestão dos impactos na saúde pública, incluindo a redução da poluição atmosférica e sonora, para promover um ambiente mais saudável.
3. **Eficiência Energética:** Adoção de tecnologias e práticas que visem à eficiência energética, ao consumo de combustíveis e às emissões de gases de efeito estufa.
4. **Planejamento Urbano Sustentável:** Integração do transporte coletivo com políticas de planejamento urbano sustentável, incentivando o uso do transporte público e reduzindo a dependência de veículos individuais.

A pontuação do tópico Conhecimento Geral dos Problemas receberá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, conforme quadro abaixo:

Parâmetro 1 – CONHECIMENTO GERAL DOS PROBLEMAS	
ITENS A SEREM AVALIADOS	PONTUAÇÃO
Conhecimento dos Problemas	1 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Institucionais relacionados	3 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Gerenciais	3 Pontos
Conhecimento dos Aspectos Socioambientais	3 Pontos
Sub Total de Pontos – Parâmetro 2	10 Pontos

14.2 PARÂMETRO 2 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE (PORTE DO TC OPERADO)

A licitante deverá comprovar sua experiência com base no Porte do Transporte Coletivo operado, mediante apresentação de 01 (um) único Atestado em nome da empresa, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços de administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo, no qual conste a indicação expressa do

movimento médio anual mínimo e quantidade de embarques de passageiros.

O atestado deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus e poderá ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

Não será considerado qualquer atestado emitido por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

Para o atendimento deste parâmetro técnico não será permitido o somatório de atestados.

A pontuação do parâmetro do tópico Experiência da Licitante (Porte da Frota Operada) receberá pontuação máxima de 40 (trinta) pontos, conforme quadro abaixo:

02	Experiência da LICITANTE (Porte do TC Operado)	Pontuação
2.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual mínimo de 585.168 a 1.000.000 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	15 Pontos
2.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual mínimo de 1.000.001 a 1.414.832 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	25 Pontos
2.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual superior a 1.414.832 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	40 Pontos
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 Pontos

14.3 PARÂMETRO 3 – EXPERIÊNCIA DA LICITANTE (TEMPO DE EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO NO SEGMENTO)

A licitante deverá apresentar documentos que comprovem seu tempo de experiência de atuação no segmento de operação de Transporte Coletivo mediante a apresentação de documento válido, em seu nome, comprovando/demonstrando o tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo e o período atuado.

O atestado deverá ser exclusivamente em TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS por meio de ônibus e poderá ser apresentado em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

Não será considerado qualquer atestado emitido por empresas que sejam controladas, coligadas, interligadas ou subsidiárias entre si.

Para o atendimento deste parâmetro técnico não será permitido o somatório de atestados.

A pontuação do tópico Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento) receberá pontuação máxima de 40 (quarenta) pontos, conforme quadros abaixo:

03	Experiência da LICITANTE (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento)	Pontuação
3.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo de Passageiros de 01 a 02 anos ininterruptos .	15 Pontos
3.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo de Passageiros maior que 2,1 até 3,0 anos ininterruptos .	25 Pontos
3.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo de Passageiros superior a 3,0 anos ininterruptos .	40 Pontos
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 Pontos

14.4 PARÂMETRO 4 – PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DA LICITANTE:

O Plano de Operação do Transporte Público Coletivo em Balsas deverá conter a metodologia de execução dos serviços, com cronograma e detalhamento dos procedimentos dos sistemas e métodos para cada uma das áreas de atividade objeto da contratação pretendida, por meio de projeto ou descritivo, quais sejam:

- I.** SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;
- II.** Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas
- III.** Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional;
- IV.** Plano de Acessibilidade;
- V.** Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;
- VI.** Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial

A licitante deverá apresentar texto descritivo com as soluções, metodologias, investimentos, pontos fortes, pontos fracos e riscos avaliados para cada uma das áreas de atividade acima relacionadas.

Após a celebração do Contrato de Concessão, a Concessionária estará obrigada a utilizar o Plano de Operação do Transporte Coletivo apresentado em sua Proposta Técnica, podendo aprimorá-lo para melhor atender ao interesse público, mediante prévia anuência do Poder Concedente.

A pontuação do tópico Plano Operação da Licitante receberá pontuação máxima de 10 (dez) pontos, conforme quadros abaixo:

04	Plano de Operação	Pontuação
	A pontuação do Plano de Operação e Administração do Transporte Coletivo a ser apresentado pela licitante deverá ser detalhado considerando os itens abaixo e conforme anexo de avaliação:	
4.1	I. SCO – Sistema Complementar de Operação, indicando as tecnologias embarcadas;	3,0
4.2	II. Plano de Circulação da frota, através da Programação Operacional das Linhas III. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional; IV. Plano de Acessibilidade;	1,0
4.3	V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;	3,0
4.4	VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial	3,0
	PONTUAÇÃO MÁXIMA (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4)	10 Pontos

14.5 NOTA TÉCNICA FINAL DA PROPOSTA DA LICITANTE

A Nota Técnica final da Proposta ofertada pelas Licitantes será o resultado do somatório das notas de cada parâmetro elencada de forma decrescente, da maior para a menor nota, tomando por base os subitens constantes do quadro de avaliação a seguir:

AVALIAÇÃO NOTA TÉCNICA TC – DE BALSAS – MA		
01	Conhecimento dos Problemas	Pontuação
1.1	Conhecimentos Geral dos Problemas	1
1.2	Conhecimento dos aspectos institucionais	3
1.3	Conhecimento dos aspectos gerenciais	3
1.4	Conhecimento aspectos socioambientais	3
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	10 Pontos
02	Experiência da LICITANTE (Porte do TC Operado)	Pontuação
2.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual mínimo de 585.168 a 1.000.000 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	10 Pontos

ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS
 SECRETARIA MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

2.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual mínimo de 1.000.001 a 1.414.832 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	25 Pontos
2.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, experiência relativa à administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo que consigne um movimento médio anual superior a 1.414.832 embarques de passageiros, através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	40 Pontos
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 Pontos
03	Experiência da LICITANTE (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento)	Pontuação
3.1	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo de 01 a 02 anos ininterruptos , através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	10 Pontos
3.2	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo maior que 2,1 até 3,0 anos ininterruptos , através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	25 Pontos
3.3	Comprovação por meio de 01 (um) único atestado, em seu nome, do tempo de atuação da LICITANTE na administração, operação e exploração comercial de Transporte Coletivo superior a 3,0 anos ininterruptos , através de SBA – Sistema de Bilhetagem Automática.	40 Pontos
	PONTUAÇÃO MÁXIMA	40 Pontos
04	Plano de Operação	Pontuação
	A pontuação do Plano de operação e administração do Transporte Coletivo a ser apresentado pela licitante com cronograma deverá ser detalhado considerando os itens abaixo e conforme anexo de avaliação:	
4.1	I. SCO – Sistema Complementar de Operação , indicando as tecnologias embarcadas;	3,0
4.2	II. Plano de Circulação da frota , através da Programação Operacional das Linhas	1,0

	III. Plano de Segurança e Monitoramento via GPS da Frota Operacional; IV. Plano de Acessibilidade;	
4.3	V. Sistema de Informação aos Usuários por meio de aplicativo de smartphone;	3,0
4.4	VI. Sistema de bilhetagem automática – SBA sistema de reconhecimento facial	3,0
	PONTUAÇÃO MÁXIMA (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4)	10 Pontos
	PONTUAÇÃO MÁXIMA (1+ 2 + 3 + 4)	100 Pontos
	TOTAL GERAL	100 Pontos

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA- NOTA TÉCNICA

As Propostas Técnicas que estiverem de acordo com os critérios e especificações pré-estabelecidos neste Edital serão analisadas, podendo a Banca Técnica convocar as licitantes para esclarecimentos de qualquer natureza, que venham facilitar o entendimento da mesma na fase de julgamento.

Na análise das Propostas Técnicas serão observados os parâmetros de julgamento abaixo:

1. Conhecimento Geral dos Problemas;
2. Demonstração da Experiência da Licitante (Porte do Transporte Coletivo operado);
3. Demonstração da Experiência da Licitante (Tempo de Experiência de Atuação no Segmento);
4. Plano de Operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO em Balsas;

Para efeito do julgamento, a Banca Técnica irá analisar cada Proposta Técnica e também compará-las entre si, atribuir as notas conforme as Tabelas de pontuação estabelecidas no item anterior. As notas poderão variar de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, com precisão de 01 casa decimal.

Serão desclassificadas as Propostas Técnicas que obtiverem nota zero em qualquer um dos 4 (quatro) parâmetros de julgamento.

Serão classificadas por ordem decrescente do Índice de Pontuação Técnica (IPT), que será apurado mediante aplicação a seguinte fórmula:

$$IPT = \text{Parâmetro 1} + \text{Parâmetro 2} + \text{Parâmetro 3} + \text{Parâmetro 4}$$

A Banca Técnica deverá apresentar Relatório pertinente ao julgamento das Propostas Técnicas, indicando a pontuação para cada parâmetro e o Quadro de Pontuação Final, contendo a ordem de classificação das licitantes e seus respectivos IPT.

15. DA PROPOSTA DE PREÇO

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, numerada sequencialmente e sem rasuras ou entrelinhas, datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da empresa, em papel timbrado, devendo conter:

a) Número da Concorrência, razão social da licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail),

b) Nome completo do responsável pela assinatura do Contrato, números do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

c) Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira da Concessão, que demonstre a viabilidade da tarifa ofertada, com o seguinte conteúdo mínimo:

c.1) descrição detalhada da metodologia adotada no Estudo;

c.2) hipóteses assumidas para as projeções dos insumos de cálculo dos custos/despesas e receitas e os critérios econômicos utilizados;

c.3) estrutura de receitas e custo da operação do Transporte Coletivo;

c.4) Taxa Interna de Retorno – TIR e Valor Presente Líquido – VPL ;

c.5) detalhamento dos investimentos prudentes, referentes às obras de modernização e de fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de monitoramento;

d) Preço da tarifa pública do serviço, em Real (R\$), em algarismo e por extenso, com no máximo dois algarismos após a vírgula, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da Proposta;

e) Prazo de exploração da concessão: 20 (vinte) anos, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;

f) Prazo de validade da Proposta: 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública I.

Não serão consideradas ofertas de tarifa pública com valor superior a R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos), tampouco ofertas de tarifa de remuneração superior a R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos), já que este último foi o valor calculado para equilíbrio e viabilidade do Sistema de Transporte Coletivo em Balsas, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar (ANEXO I.I).

O valor ofertado na Proposta de Preços não dependerá de isenções de taxas, impostos ou qualquer outro benefício fiscal proveniente da Prefeitura Municipal de Balsas/MA ou do Governo do Estado do Maranhão.

Pedidos de retificação, por engano na cotação ou especificação do objeto da licitação, somente serão aceitos antes de abertas as propostas, não sendo admitida a simples oferta de desconto ou aumento de preços, sem suficiente demonstração do engano.

Não serão consideradas as propostas apresentadas fora do prazo, bem como aquelas que contiverem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas em suas partes essenciais, de modo a ensejar dúvida, principalmente em relação a valores.

A proposta deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

Caso a convocação para contratação não seja emitida dentro do período de validade da proposta, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos. A Administração poderá solicitar prorrogação por mais 120 (cento e vinte) dias antes de findo o prazo de validade.

Não serão admitidas propostas que apresentem preço global ou preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

Nos casos de propostas manifestamente inexequíveis, será facultado à licitante, antes da sua recusa, o prazo de 2 (dois) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

No valor da tarifa deverão estar incluídos todos os custos e despesas, inclusive os de mão-de-obra, materiais, veículos e equipamentos necessários, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas acessórias e necessárias não especificadas neste Edital, relativas ao objeto da licitação.

A Proposta de Preços será julgada e avaliada pela Banca Técnica, constituída por meio de Portaria, instituída exclusivamente com a finalidade de julgamento das propostas desta Concorrência.

16. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

A Banca Técnica deverá analisar as Propostas de Preços em conformidade com os requisitos fixados no Projeto Básico.

A banca técnica poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre a Proposta sem implicar a modificação de seu teor ou a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente na Proposta.

Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total, ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, sua Proposta será rejeitada.

Serão desclassificadas as Propostas de Preços que:

- a) não atendam aos requisitos deste instrumento convocatório.
- b) apresentem preços simbólicos, de valor zero, superestimados ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, incisos I e II, da Lei Federal 8.666/93;
- c) apresentarem valor global superior ao valor definido pelo Município de Balsas ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- e) não justificarem os índices adotados, compatíveis com a proposta apresentada;
- f) apresentarem preços baseados em outras propostas, inclusive com o oferecimento de redução sobre a de valor menor;
- g) Contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, irregularidades ou

defeito de linguagem capazes de dificultar o julgamento.

Na análise dos preços propostos pela licitante considerar-se-á que os preços são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração de todas as etapas do serviço.

A classificação das Propostas de Preços se dará por ordem crescente dos preços propostos.

A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isento de má fé, que não afete o conteúdo ou a idoneidade da Proposta, não será causa de desclassificação.

Nas hipóteses de interposição de recursos ou suspensão do procedimento licitatório os prazos de validade das Propostas ficam automaticamente prorrogados por igual número de dias em que o referido processo estiver suspenso.

17. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

As propostas serão classificadas com base na pontuação obtida através da seguinte relação:

$$CFP = 0,70 \times IPT + 0,30 \times IPP$$

onde:

CFP = Classificação Final das Propostas

IPT = Índice de Pontuação Técnica (IPT) calculado

IPP = Índice de Proposta de Preços

0,70 = Fator de ponderação do Índice de Pontuação Técnica (IPT)

0,30 = Fator de ponderação do Índice de Proposta de Preço (IPP)

Para o cálculo da Classificação Final das Propostas (CFP), a aproximação será feita até a segunda casa decimal, desprezando-se as demais frações.

As Propostas serão classificadas pela ordem decrescente obtida na Pontuação Final.

18. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Os direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade da prestação dos serviços e atendimento do crescimento da demanda.

A empresa que obtiver a concessão realizará um serviço público de administração e operação do TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO em Balsas com base em parâmetros técnicos e operacionais, que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a Administração Pública.

Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

- a) prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, por meio de mão de obra qualificada, e com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, observadas as especificações constantes neste Projeto Básico, na Proposta Técnica e na Proposta de Preços da CONCESSIONÁRIA e na respectiva Ordem de Serviço;
- b) apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO EM BALSAS -MA para aprovação pelo Poder Concedente, como base a Proposta Técnica apresentada na licitação, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- c) iniciar a operação dos serviços no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão;
- e) refazer ou corrigir os serviços impugnados, no todo ou em parte, conforme análise técnica da Banca Técnica de Fiscalização e aprovação da Equipe de Gestão do Contrato, contado a partir do recebimento da respectiva Notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- f) cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horários e linhas que venham a ser fixadas pelo CONCEDENTE;
- g) garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais ao Transporte Coletivo;
- h) divulgar aos usuários informações sobre créditos tarifários
- i) realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos no Edital e Anexos;
- j) proibir a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a adotar as providências necessárias e imediatas para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem;
- k) coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa importunar o usuário do serviço
- l) estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente, os locais e os horários destinados a embarque e desembarque de passageiros;
- m) utilizar veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas no Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de uso, segurança e limpeza;
- n) implantar sistema de catraca eletrônica para acesso ao coletivo;
- o) implantar sistema de sinalização para todos os usuários dos seus serviços;
- p) responsabilizar-se pela proteção e preservação dos terminais de integração, se construídos;
- q) encaminhar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado;

r) apresentar sempre que requisitado, RELATÓRIO MENSAL contendo, no mínimo, as seguintes informações: dados operacionais do transporte público Municipal, sendo: total de passageiros diários do mês anterior, por linha, tipo de dia e por categoria de usuário; notas fiscais da aquisição de combustível e demais insumos; cotação dos preços dos chassis e carrocerias; comprovantes de aquisição de pneus e recapagem; comprovante da base salarial da categoria (Dissídio); comprovante dos benefícios pagos aos funcionários; SBE, GPS, câmeras e relação da frota; relatório da quilometragem percorrida; demonstrativo do custo tributário direto; demonstrativo do custo previdenciário direto; demonstrativo do quadro de funcionários; demonstrativo do passageiro equivalente com todas as receitas; demonstrativo do consumo de diesel dos veículos; demonstrativo do valor do seguro obrigatório por veículo; demonstrativo de acidentes; demonstrativo das reclamações e queixas; comprovante de entrega da SEFIP; comprovante de recolhimento da guia do FGTS; comprovante de recolhimento do INSS dos funcionários e empresa; folha de pagamento do mês corrente; guia do IRRF dos funcionários; guia do ISS a prefeitura; relação dos funcionários admitidos e demitidos no mês; relação dos funcionários afastados por férias, auxílio doença e acidente; relatório com as quantidades de cartões com gratuidades; relatório com clientes que utilizam o sistema de vale transporte; além do sistema disponibilizado para acompanhamento diário de controle de bilhetagem;

s) propor, caso necessário, uma revisão do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS - MA, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, para análise e aprovação pelo poder público Municipal;

v) relatar ao Poder Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do Contrato;

x) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Poder Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo ao local dos trabalhos, desde que previamente com agendamento;

y) designar preposto que atuará como responsável pelo relacionamento administrativo com o Poder Concedente, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços

z) apresentar relação com endereço físico, e-mail e celulares, para fins de contato;

aa) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone e outros dados que forem importantes;

bb) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

cc) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;

- dd) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução dos serviços;
- ee) manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- ff) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- gg) responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela Administração;
- hh) instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios;
- ii) registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- jj) responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- kk) fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato;
- ll) arcar com as despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços;
- nn) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- oo) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- pp) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- qq) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- rr) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas

decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

ss) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;

tt) adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;

uu) responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do objeto do Contrato, respondendo por si e por seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

ww) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

xx) apresentar, sempre que solicitado pelo CONCEDENTE, as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação

yy) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

Os direitos básicos do CONCEDENTE são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços durante a vigência da Concessão, através de reajustes ou revisão periódica de tarifas, conforme previsto na minuta do contrato de concessão.

Serão obrigações do Poder Concedente:

a) Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;

b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

c) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

d) Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;

e) Aprovar os projetos executivos e acompanhar as instalações e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, sistema de catraca eletrônica e de monitoramento;

f) Exercer a fiscalização dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;

g) Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;

h) Coibir a ação de transporte coletivo clandestino;

i) Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlam, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do TRANSPORTE COLETIVO;

j) Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;

k) Repassar a CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;

l) Aprovar previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do transporte coletivo;

m) Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

Além das obrigações disponíveis neste instrumento, constituem ainda atribuições do Concedente aquelas dispostas no art. 18 da Lei Municipal nº 1.343/2017, em observância às seguintes cláusulas:

a) planejar o serviço, considerando as alternativas tecnológicas adequadas ao atendimento do interesse público, observando as diretrizes do planejamento urbano e sempre priorizando o transporte coletivo sobre o individual e o comercial;

b) controlar, vistoriar e fiscalizar a execução do serviço;

c) implantar, suprimir e alterar linhas de serviço, desde que não comprometa o equilíbrio econômico - financeiro do sistema e da contratada;

d) fixar itinerários, pontos de parada, estações de transferência e estações de integração;

e) emitir ordens de serviço, portarias, determinações, circulares e normas complementares dando prévio conhecimento às empresas contratadas, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência;

f) fixar quadros de horários e frotas;

g) vistoriar e fiscalizar os veículos e demais equipamentos e instalações;

- h) vistoriar e gerir custos e despesas do serviço;
- i) fixar parâmetros, coeficientes e índices da planilha de custos e promover a sua revisão, sempre que necessário;
- j) propor reajustes das tarifas e proceder à revisão dos níveis tarifários;
- k) Implantação de diferenciação de níveis tarifários, quando as distancias se mostrarem suficientemente grande, entretanto inicialmente os valores serão únicos;
- l) acompanhar junto à empresa contratada a venda de vale-transporte, passe escolar ou quaisquer outras formas de venda antecipada de passagens e/ou outros meios de pagamento das viagens, bem como editar as portarias necessárias à sua regulamentação e utilização;
- m) gerenciar as isenções e reduções tarifárias definidos pelo Poder Concedente;
- n) cadastrar as empresas contratadas e seus respectivos veículos;
- o) promover auditorias técnicas e operacionais nas contratadas;
- p) aplicar as penalidades previstas no contrato, nesta Lei e demais legislações pertinentes;
- q) fixar normas para a integração física, operacional e tarifária dos serviços;
- r) zelar pela boa qualidade dos serviços;
- s) receber, avaliar e solucionar as solicitações/reclamações enviadas pelos usuários e pelas empresas contratadas;
- t) estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços prestados;
- u) garantir a preservação do meio ambiente e a conservação energética;
- v) garantir a participação dos usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- w) . fiscalizar, coibir e apreender qualquer tipo de veículo que execute transporte que não tenha sido delegado ou autorizado pelo Poder Concedente, e que não esteja definido no contrato de concessão do serviço;
- x) cumprir e fazer cumprir esta Lei.

Para o exercício de suas atribuições, o Poder Concedente poderá contratar serviços de terceiros ou firmar convênios.

20. DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO (TC)

Os direitos e deveres dos usuários do transporte coletivo (TC), conforme art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 1.343/2017:

- a) utilizar os cartões específicos do TC como forma de pagamento de passagens do sistema público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Balsas e dos demais municípios gerenciados pelo Poder Concedente;
- b) receber, sem custos, a 1ª (primeira) via do cartão do TC quando beneficiários de cartão de transporte gratuidade e do cartão de meia – passagem, conforme as regras definidas pelo Poder Concedente;
- c) pagar pelos créditos eletrônicos adquiridos para pagamento de passagens do sistema público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Balsas;
- d) pagar pela 1ª (primeira) via do cartão emitido por entidades estudantis conveniadas;
- e) pagar pela 2ª (segunda) via do cartão de transporte gratuidade e cartão de meia – passagem emitido pelo Poder Concedente;
- f) levar ao conhecimento do Poder Concedente as irregularidades de que tenha ciência, relacionadas ao TC;
- g) preservar os bens vinculados ao TC;
- h) comunicar perda, furto ou roubo de cartão do TC no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência.

21. DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização formada por servidores especialmente designados por Portaria ou pelos respectivos substitutos

A Comissão de Fiscalização acompanhará a execução do Contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, bem como anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

Quando identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a Comissão de Fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

Por conseguinte, a Comissão de Fiscalização informará à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Na hipótese de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a Comissão de Fiscalização comunicará o fato imediatamente à Equipe de Gestão do Contrato.

Também é dever da Comissão de Fiscalização comunicar à Equipe de Gestão do Contrato,

em tempo hábil, o término da vigência do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Cabe ainda à Comissão de Fiscalização verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão de Fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Equipe de Gestão do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

22.1 DA GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão do Contrato será exercida pelo(a) _____ (nome do Setor) da _____ (nome da Secretaria), enquanto responsável pela coordenação das ações ao serviço de transporte público coletivo, e será responsável, dentre outras atribuições, pelo gerenciamento dos serviços, dos custos, e dos prazos, pela análise da manutenção da regularidade da CONTRATADA e por eventuais alterações do Contrato.

Em razão da complexidade e do escopo dos serviços, deverá ser designada uma Equipe para realizar a gestão do Contrato, sendo subsidiada pela Comissão de Fiscalização.

A Equipe de Gestão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Compete à Equipe de Gestão acompanhar os registros realizados pela Comissão de Fiscalização, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, às autoridades superiores àquelas que ultrapassarem a sua competência.

A Equipe de Gestão deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no Relatório de Riscos Eventuais.

Além das atividades acima, ressalta-se as seguintes competências atribuídas à Equipe de Gestão:

- a) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- b) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para

fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- c) elaborar Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- d) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas moratórias:

- a) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS/MA para aprovação pelo Poder Concedente, que deverá ser elaborado com base na Proposta Técnica apresentada na licitação;
- b) multa de 800 (oitocentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no início da operação dos serviços;
- c) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no refazimento ou correção dos serviços impugnados, conforme prazos, termos e condições fixados pela Comissão de Fiscalização e aprovados da Equipe de Gestão do Contrato;
- d) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO MENSAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente;
- e) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO TRIMESTRAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente ao referido trimestre;
- f) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO ANUAL AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, observado o prazo de até 31 de janeiro do ano subsequente.

As multas moratórias deverão considerar o limite de até 30 (trinta) dias para descumprimento da obrigação.

O atraso superior ao 30º (trigésimo) dia autoriza o Município de Balsas a aplicar outras sanções administrativas, bem como promover a extinção do Contrato de Concessão por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Além das multas moratórias a que se refere o item anterior, o Município de Balsas, por intermédio do Departamento Municipal de Trânsito – DMT, poderá ainda, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA juntamente com a de multa.

O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Balsas ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública.

Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da respectiva Notificação.

Os processos administrativos formalizados para a aplicação de sanções administrativas poderão ser suspensos, no todo ou em parte, quando as justificativas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA forem decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o que deverá ser analisado pela Equipe de Gestão do Contrato de Concessão. Em caso de aprovação, o PODER CONCEDENTE poderá fixar novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

23. DA REMUNERAÇÃO, REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

A Concessionária será remunerada pelo serviço efetivamente prestado, nos termos estabelecidos em contrato de concessão e legislação pertinente.

O reajuste da remuneração da Concessionária será procedido de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, baseada na variação dos índices de custos ou preços relativos aos componentes admitidos pelo Concedente.

A tarifa contratual será revista pelo Concedente para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais à exceção dos impostos sobre a renda, modificações nos coeficientes de consumo pela melhoria do itinerário ou decorrente de atualizações tecnológicas, bem como pelas disposições legais ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão na tarifa estabelecida.

É vedado estabelecer privilégios tarifários, exceto os previstos em lei

A Tarifa de Remuneração, calculada a ser executada no início do Contrato de Concessão, engloba a Tarifa Pública e a complementação tarifária mensal, e corresponde ao equilíbrio contratual, em obediência a Planilha de Custo do Sistema de Transporte de Balsas.

A Tarifa de Remuneração será atualizada a cada 12 (doze) meses pelo PODER CONCEDENTE, a partir da data de entrega da Proposta Comercial pela Concessionária, obedecendo, para tal, apenas critérios objetivos.

Os reajustes da Tarifa de Remuneração, quando da alteração da frota operante ou quilometragem programada, para mais ou para menos, serão determinados através da planilha de custo, nos termos da Planilha Tarifária de Balsas, e nos estudos econômicos financeiros apresentados pela Concessionária.

Quando não ocorrer alteração da frota operante ou quilometragem, a Tarifa de Remuneração será reajustada, também a cada 12 (doze) meses, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$$RT = 0,44 \times i1 + 0,285 \times i2 + 0,175 \times i3 + 0,1 \times i4$$

Sendo RT = Reajuste da Tarifa;

i1 = a variação percentual da remuneração integral dos trabalhadores;

i2 = a variação percentual do preço do combustível;

i3 = a variação inflacionária do IPCA (Índice de Preços Consumidor Amplo);

i4 = a variação do IPK (Índice de Passageiros por Km);

A complementação tarifária além da prevista originalmente, no início do contrato, ocorrerá quando o valor da Tarifa Pública reajustado, e o valor da complementação tarifária mensal não equivalerem ao valor da Tarifa de Remuneração;

Fica assegurado a CONCESSIONÁRIA o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção ou acréscimo de rotas, por motivo de integração com outros serviços.

A condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada sempre que necessário, nos termos da legislação em vigor, para ajustá-lo tendo como marco temporal a data da Proposta.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação dos serviços relativos às funções de operação, desde que parcial, e haja prévia anuência do Poder Concedente.

25. DA TRANSFERÊNCIA

A transferência do Contrato de Concessão deverá cumprir todas as determinações legais e dependerá de prévia anuência do Poder Concedente.

Para obter a anuência do Poder Concedente, o pretendente deverá: a) atender às exigências para habilitação previstas no Edital; e b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

26. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação; e,
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

Extinta a concessão, retornam a **CONCEDENTE** todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão, e os que venham apurados quando da presente contratação, e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, havendo imediata assunção do objeto da concessão pelo **CONCEDENTE**.

Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o **CONCEDENTE** antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à **CONCESSIONÁRIA**.

A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**.

Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pelo **CONCEDENTE** durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do **CONCEDENTE** a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo **CONCEDENTE** quando:

- i. O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do TRANSPORTE COLETIVO;
- ii. A **CONCESSIONÁRIA** descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii. A **CONCESSIONÁRIA** paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv. A **CONCESSIONÁRIA** perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições no TRANSPORTE COLETIVO e suas operações;
- v. A **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da **CONCEDENTE** para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi. A **CONCESSIONÁRIA** não atender a intimação da **CONCEDENTE** no sentido de regularizar do serviço;
- vii. A **CONCESSIONÁRIA** for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva **CONCESSIONÁRIA**, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do **CONCEDENTE** independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para o **CONCEDENTE** em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

27. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A **CONCESSIONÁRIA** reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

28. DA GARANTIA

28.16. As licitantes deverão prestar, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de **GARANTIA DE PROPOSTA**, como requisito de pré-habilitação, **correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação**, com prazo de validade mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da sua apresentação.

28.17. As garantias poderão ser prestadas nas seguintes modalidades, previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- e) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- f) seguro-garantia, emitido por companhia seguradora brasileira, em favor do Município de Balsas;

g) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar no país, em favor do Município de Balsas;

h) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

28.18. No caso da Garantia de Proposta apresentada em dinheiro, a licitante deverá providenciar o depósito em conta poupança da Comissão Permanente de Licitação – CPL no Banco _____, Agência _____, Conta nº _____.

28.19. A Garantia de Proposta das licitantes inabilitadas ou desclassificadas será restituída no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

28.20. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação

28.21. O agente de contratação analisará a regularidade e efetividade das Garantias das Propostas.

28.22. As Proponentes que deixarem de apresentar Garantia de Proposta ou que apresentarem de forma diversa das condições estabelecidas neste Edital estarão impedidas de participar da licitação.

29. DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Ao final do Contrato de Concessão, eventuais bens ou obras públicas obtidas(os) decorrentes da prestação do serviço de transporte público coletivo, serão revertidas(os) ao CONCEDENTE, conforme art. 23, inciso X, da Lei Federal nº 8.987/1995.

Balsas, _____ de _____ de 2024.

Nome do servidor

Cargo XXXX

Nome do servidor

Cargo XXXX

Aprovado:

Nome do servidor

Cargo (autoridade competente)

Documentos Anexos:

- **ANEXO I.I** - Estudo Técnico Preliminar
- **ANEXO I.II** – Glossário

PROJETO BÁSICO

ANEXO I.I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

RESUMO

Apresenta-se no documento a seguir um conjunto de informações, interpretações e análises que auxiliem e facilitem o processo de decisão do gestor público baseado em um Estudo Técnico Preliminar (ETP) de transporte urbano coletivo. Para este Estudo são considerados dois enfoques: o do usuário e o do poder público. Pretende-se dessa maneira alimentar os tomadores de decisão de respostas que possam subsidiar o planejamento estratégico para implantação do novo modelo de transporte e o sistema como um todo.

INTRODUÇÃO

A busca pela mobilidade urbana sustentável, em áreas metropolitanas, resulta de um conjunto de políticas de transporte e circulação. Essas políticas visam o acesso amplo e democrático do espaço urbano, por meio da priorização dos modos de transporte coletivo e não motorizados de uma forma efetiva, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável (ANTP, 2003).

Com o intuito de melhorar a mobilidade urbana, algumas intervenções estratégicas no sistema de transportes são realizadas em cidades. Esse estudo é um conjunto de etapas para determinar a viabilidade (técnica, econômica e financeira) de execução de determinada obra de infraestrutura de transportes. O ETP tem como objetivo principal apresentar a alternativa mais viável para a sociedade dentre as possíveis soluções elencadas preliminarmente para se resolver um determinado problema de infraestrutura de transportes.

O sistema de transporte coletivo municipal de passageiros por ônibus que norteará a operação concedida desse serviço público no **Município de Balsas** objetiva:

- Satisfação da população em termos de atendimento de transporte coletivo de passageiros por ônibus municipal;
- Melhoria na qualidade dos serviços, inclusive em termos de modernização da frota;
- Aumento e organização das linhas, horários e itinerários;
- Maior facilidade de gestão pelo Poder Concedente em termos de flexibilidade de alterações físico-operacionais no sistema para atendimento ao dinamismo socio econômico, de ocupação e uso do solo;
- Analisar conceitualmente os aspectos referentes à utilização dos modos de transporte; e,
- Apresentar contribuição teórica e prática à área de conhecimento em transportes de passageiros, especificamente em avaliação de desempenho aplicada ao planejamento de transportes.

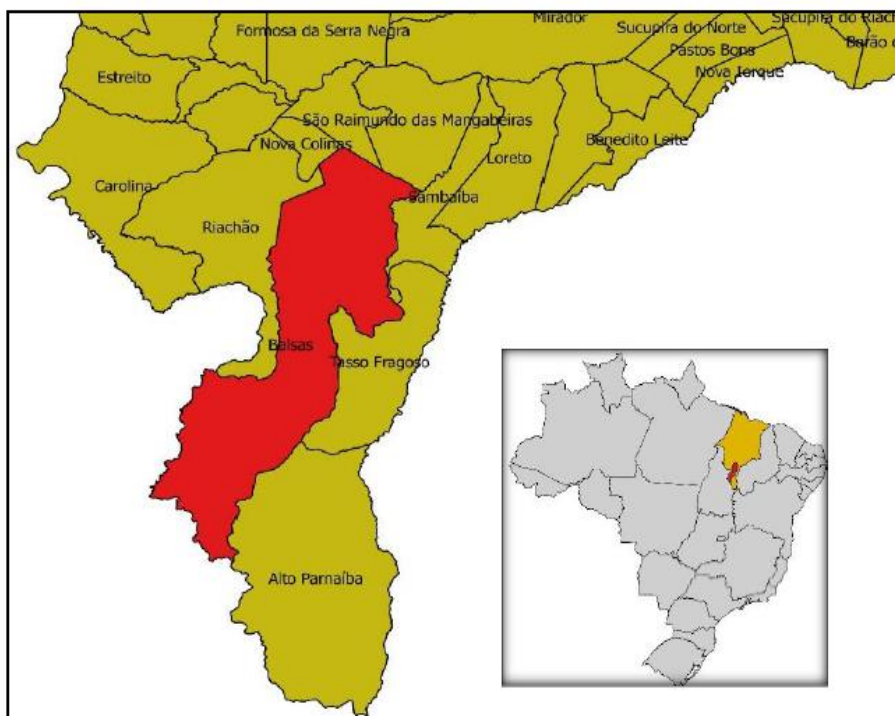
HISTÓRICO

De acordo com o IBGE, a história de Balsas se inicia com o porto das Caraíbas, no rio Balsas, era o ponto de melhor acesso às fazendas do município de Riachão. O contínuo movimento de viajantes despertou interesse pelo local, fazendo com que surgisse ali pequena casa de comércio. Seguiram-se outras moradas, cobertas de palha.

Sabedor da existência do novo núcleo de população, para lá se deslocou o baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador de fumo nos sertões. Tomou-se líder da Povoação, a que posteriormente elevado à categoria de Vila e à Cidade, com a mesma denominação.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela lei estadual nº 15, de 07-10-1892, desmembrado de Riachão. Sede na vila de Santo Antônio de Balsas. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1893. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Santo Antônio de Balsas, figura no município de Riachão. Elevado à condição de cidade com a denominação de Santo Antônio de Balsas, pela lei estadual Nº 775, de 22-03-1918. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído do distrito sede. Pelo decreto-lei nº 820, de 30-12-1943, o município de Santo Antônio de Balsas passou a denominar-se simplesmente Balsas. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Alteração toponímica municipal - Santo Antônio de Balsas para Balsas alterado, pela lei nº 820, de 30-12-1943.

Figura 01 – Mapa de localização do município



Fonte: Autoria Própria, 2022.

DO ASPECTO DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO

O Estado do Maranhão situa-se na Região Nordeste do Brasil, que no termos de produto interno bruto, é o quarto estado mais rico da Região Nordeste do Brasil e o 17º estado mais rico do Brasil. As principais atividades econômicas são a indústria (o trabalho de transformar alumínio e alumina, celulose, alimentícia, madeireira), os serviços, o extrativismo vegetal (babaçu), a agricultura (soja, mandioca, arroz, milho) e a pecuária. Possui um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, com 0,687 pontos.

Dados do IBGE mostram a taxa de crescimento do PIB do Maranhão em comparação com a taxa de crescimento do PIB do Brasil. A partir de 2003, somente nos anos da crise (2008 e 2009) o crescimento do Maranhão foi menor que o do Brasil, pois, proporcionalmente, a economia local é muito mais vulnerável às flutuações externas, dado a quase que total dependência de sua economia à exportação de commodities.

O Estado tinha em 2022 uma população estimada pelo IBGE em 6.775.152 habitantes, ocupando uma área de 331.983,293 km², dividida em 217 municípios. A sua densidade demográfica média era, portanto, de 19,81 habitantes/km².

O município de Balsas está localizado na mesorregião Sul maranhense e microrregião Gerais de Balsas, possuindo limites com Riachão, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Nova Colinas, Sambaíba, Recursolândia - TO. A área do município é de 13.141,637 Km² (Maior do Maranhão), a densidade populacional é de 7,12 hab./Km², considerada baixa para a temática urbana e com IDH de 0,687 (5º do Maranhão), considerado médio. O PIB é de R\$ 2.918.687,00 (3º do Maranhão) e per capita de R\$ 32.187,03 (4º do Maranhão).

A população da cidade de Balsas (MA) chegou a **101.616 pessoas** no Censo de 2022, o que representa um aumento de 21,66% em comparação com o Censo de 2010. Os resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento acelerado nas décadas de 80 e 90 do século passado em função das expectativas do agronegócio não deixou oportunidade para o planejamento adequado, nem facilitou a regulamentação urbana, econômica e social.

Figura 02 – Evolução da População

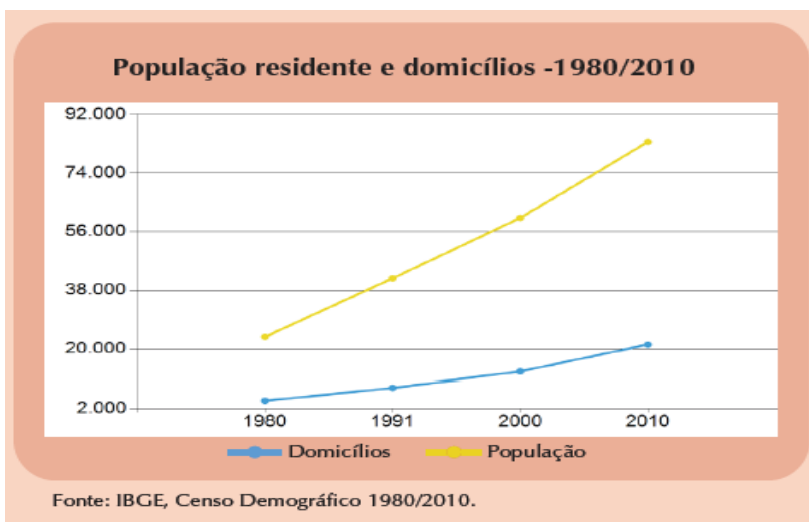


Tabela 1-Pirâmide etária de Balsas - MA

Pirâmide Etária		
Idade	Balsas	
	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	4.253	4.074
5 a 9 anos	4.478	4.357
10 a 14 anos	4.849	4.807
15 a 19 anos	4.340	4.488
20 a 24 anos	4.442	4.487
25 a 29 anos	4.115	4.231
30 a 39 anos	6.033	5.963
40 a 49 anos	4.100	4.015
50 a 59 anos	2.632	2.548
60 a 69 anos	1.376	1.493
70 anos ou mais	956	1.491

Fonte: Adaptada do IBGE, 2018.

A base produtiva é essencialmente rural, destacando a indústria de grãos e comércio e a pecuária, tendo como a principal atividade o cultivo de soja, sendo um dos maiores produtores da região Norte e Nordeste do país. Hoje a cidade considerada polo agrícola do Maranhão e dona do terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, é conhecida como a capital da nova fronteira agrícola

(MATOPIBA).

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS PÚBLICOS EXISTENTES

Saúde

De acordo com a Seção II da Constituição Federal de 1988, no seu TÍTULO VIII, da Ordem Social aborda sobre o tema saúde, em que no artigo 196 dessa seção relata que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo, assim, um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

O financiamento ocorre por meio dos recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. Segundo a Lei Nº 8.142 de 1990 prevê o repasse financeiro da União para os municípios no valor de 70% para financiar a saúde pública. Mas, para tal, precisa contar com o fundo de saúde, conselho de saúde com composição paritária, plano de saúde, relatório de gestão, contrapartida de recursos para a saúde no orçamento municipal e comissão de elaboração de plano de carreira, cargos e salários previsto para o prazo de dois anos para sua implantação.

O Sistema Único de Saúde é o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, incluindo também as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde (LEI, 8080/1990).

O SUS contempla as competências dos municípios, conforme a Lei 8080/ 1990 em seu Artigo 18 que são:

De acordo com o Artigo 18 da Lei 8080/ 1990 explana que o SUS contempla as competências dos municípios que são:

“I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;

II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do

Sistema Único de Saúde - SUS, em articulação com sua direção estadual;

III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV - executar serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) de vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição;

d) de saneamento básico; e

e) de saúde do trabalhador.

V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;

VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;

VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;

IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

X - observado o disposto no Art.26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;

XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;

XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação”.

Diante das competências do SUS o município de Balsas está organizado conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei 8080/1990 entre outras legislações pertinentes à saúde. Para atender sua população na área da saúde o município possui equipes de saúde que executam as ações de atenção básica.

De acordo com Manual para a Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (Portaria GM/MS nº 3.925, de 13 de novembro de 1998) a atenção básica é um conjunto de ações, de caráter individual ou coletivo, situadas no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, voltadas para a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação.

Essas ações não se limitam àqueles procedimentos incluídos no Grupo Assistência Básica da tabela do SIA/SUS, quando da implantação do Piso da Atenção Básica. A ampliação desse conceito se torna necessária para avançar na direção de um sistema de saúde centrado na qualidade de vida das pessoas e de seu meio ambiente. Logo, o corpo de profissional é:

Quadro 1- Estabelecimentos do setor de saúde em Balsas

Indicador	2005	2009	Unidade
Estabelecimentos de saúde	31	43	estabelecimento
Atendimento de emergência	3	3	estabelecimento
Cirurgia bucomaxilofacial	0	0	estabelecimentos
Clínica médica	3	3	estabelecimentos
Neurocirurgia	0	0	estabelecimentos
Obstetrícia	2	2	estabelecimentos
Pediatria	3	1	estabelecimentos
Psiquiatria	1	0	estabelecimentos
Traumato-Ortopedia	2	1	estabelecimentos
Outras Especialidades Cirúrgicas	2	0	estabelecimentos
Outros	0	0	estabelecimentos
Com internação	4	0	estabelecimentos
Sem internação	25	28	estabelecimentos

Fonte: Adaptada do IBGE, 2022.

Quadro 2- Equipamentos do setor de saúde em Balsas

Equipamentos	2005	2009	Unidade
Eletrocardiógrafo	5	6	equipamentos
Eletroencefalógrafo	1	2	equipamentos
Equipamento De Hemodiálise	0	0	equipamentos
Mamógrafo			
Com Comando Simples	2	1	equipamentos
Com Estéreo-Taxia	0	0	equipamentos
Raios-X			
Até 100ma	2	2	equipamentos

100 A 500ma	4	3	equipamentos
Mais De 500ma	0	0	equipamentos
Raio X Para Densitometria Óssea	1	1	equipamentos
Ressonância Magnética	0	0	equipamentos
Tomógrafo	1	1	equipamentos
Ultrassom Doppler Colorido	2	2	equipamentos

Fonte: Adaptada do IBGE, 2022.

Educação

O município de Balsas possui um total de 107 escolas, 31 para o ensino pré-escolar, 62 para o ensino fundamental e 14 para o ensino médio.

Quadro 3- Quantidade de escolas em Balsas

ESCOLAS	QUANTIDADES
ENSINO PRÉ-ESCOLAR	31
ENSINO FUNDAMENTAL	62
ENSINO MÉDIO	14

Fonte: Adaptada do IBGE, 2022.

ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS
 SECRETARIA MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Quadro 4- Média de Alunos por Turma –Balsas, em 2017

Fonte:INEP,2017

Localização	Administração	Educação Infantil			Ensino Fundamental 8 e 9 anos													Ensino Médio					
		Total	Creche	Pré-Escola	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Turmas Multie tapa, Multi ou Correção de Fluxo ²	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não - Seriado
Urbana	Privada	--	--	--	16,3	16,8	15,9	23,0	27,0	15,0	12,5	14,5	16,0	15,0	19,0	13,5	--	17,3	22,0	16,0	14,0	--	--
Urbana	Privada	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	26,5	29,0	25,5	25,0	--	--
Urbana	Privada	7,4	6,8	8,0	22,2	21,0	23,8	22,0	18,0	26,0	18,0	21,0	29,0	24,0	18,0	24,0	--	19,7	24,0	20,0	15,0	--	--
Urbana	Privada	--	--	--	17,4	18,7	15,8	12,0	18,5	18,5	20,5	24,0	18,0	--	15,3	13,0	--	--	--	--	--	--	--

ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS
 SECRETARIA MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Rural	Municipal	21,8	--	21,8	23,6	23,5	23,8	24,3	22,7	27,0	28,5	17,7	32,0	24,0	19,5	--	--	--	--	--	--	--	--
Urbana	Privada	9,2	9,2	--	10,8	10,8	--	9,5	12,0	12,0	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Urbana	Privada	--	--	--	31,8	28,3	33,5	23,0	--	30,0	29,0	31,0	32,0	33,5	31,0	37,5	--	--	--	--	--	--	--
Urbana	Municipal	--	--	--	29,8	28,1	31,4	23,5	29,5	26,5	32,5	28,5	34,3	27,3	31,5	33,0	--	--	--	--	--	--	--
Urbana	Municipal	13,0	17,0	9,0	10,2	11,8	8,3	17,0	6,0	13,0	12,0	11,0	5,0	12,0	6,0	10,0	--	--	--	--	--	--	--
Rural	Municipal	5,5	2,0	9,0	8,1	10,0	5,3	--	--	10,0	--	--	6,0	3,0	5,0	7,0	13,0	--	--	--	--	--	--
Rural	Municipal	--	--	--	26,4	24,0	30,5	18,7	24,5	35,0	27,0	23,0	29,0	26,0	38,0	35,0	--	--	--	--	--	--	--

IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL DA COMUNIDADE

Postos de saúde

A secretaria Municipal de Saúde que está ampliando seus serviços de ambulatório especializado. Além de já contar com os atendimentos no Hospital Regional de Balsas (HRB), é um hospital público estadual, atendendo casos de alta e média complexidade, e entre as especialidades atendidas estão: clínica geral, cirurgia geral, pediatria, cardiologia, ginecologia, mastologia, nefrologia e gastroenterologia, o município conta também com o Hospital Balsas Urgente (HBU), que como o HRB atende pelo menos 14 municípios na região. E no setor privado conta com o Hospital São Camilo (São José).

Figura 03- Hospital Regional de Balsas **Figura 04-** Hospital Balsas



Urgente



Fonte: Comitê Executivo, 2018.

Fonte: Comitê Executivo, 2018.

Abaixo segue a lista de Unidade Básica de Saúde (UBS) e Postos de Saúde em Balsas – MA.

- UBS Nova Açucena- Rua Josefa Guedes
- UBS Bairro Potosi- Rua Dr. Jose Coelho Noletto
- UBS Bairro De Fátima- Rua 04
- UBS Manoel Novo- Rua 13
- Posto De Saúde Povoado Angelim- Zona Rural
- UBS Do Centro- Rua Benedito Leite
- UBS Bairro CDI- Av. Rio Grande Do Norte
- UBS Bairro Bacaba- Rua 11
- UBS Bairro Nova Tresidela- Rua João Ribeiro
- UBS Bairro Nazaré- Praça Nossa Senhora De Nazaré
- UBS Bairro Jardim Primavera- Rua 24
- UBS Bairro Catumbi- Rua São Jose – Catumbi

- Posto De Saúde Bairro Tresidela- Praça Nossa Senhora Das Graças
- UBS Bairro Jardim Primavera II- Rua 24
- UBS João Miguel- Avenida Franca
- UBS Bairro Açucena- Rua 04
- UBS Potosi II- Avenida Francisco Lima
- UBS Bairro São Felix- Praça Alexandre Costa
- Posto De Saúde Povoado Rio Coco- Zona Rural
- UBS São Francisco- Av. Raimundo Bortelho
- UBS Povoado Aldeia- Zona Rural
- UBS Bairro Bacaba II- Rua 11
- UBS Bairro São Luis- Rua Presidente Figueiredo
- UBS Bairro Flora Rica- Rua 03 De Maio

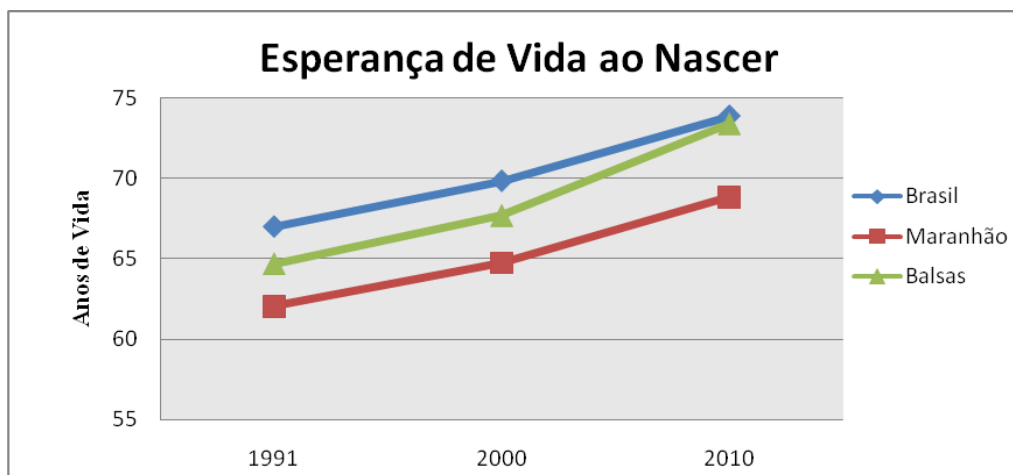
DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE (LONGEVIDADE, NATALIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE)

Segundo os dados do IBGE (2022), a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 33,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 19,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 60,5.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,7 anos na última década, passando de 67,7 anos, em 2000, para 73,4 anos, em 2010. Em 1991, era de 64,7 anos.

Abaixo seguem gráficos com dados referentes à longevidade, mortalidade e fecundidade de Balsas:

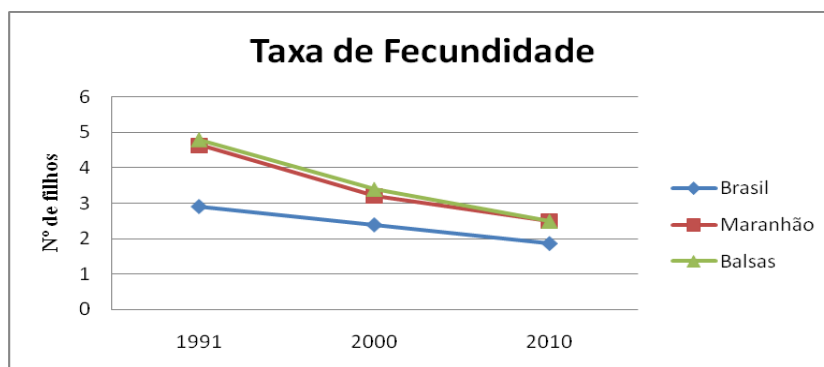
Gráfico 1- Taxa de longevidade, mortalidade e fecundidade



Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

Dados de 2014 indicam que o índice de mortalidade infantil no referido ano foi de 26, 02 óbitos por nascido vivo.

Gráfico 2- Taxa de fecundidade



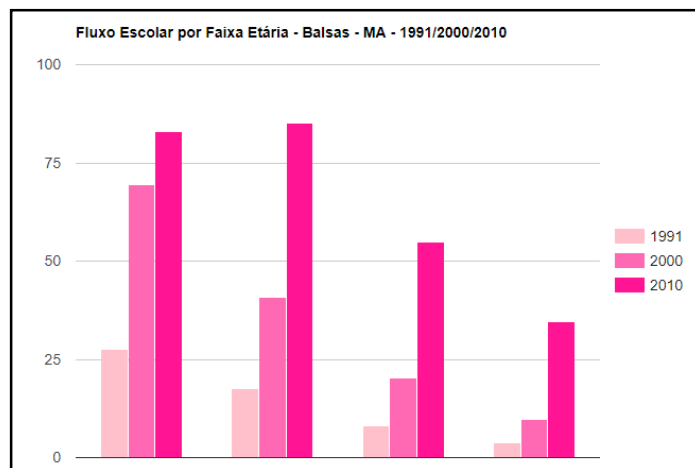
Fonte: Adaptado de IBGE, 2022.

DESCRIÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO, POR FAIXA ETÁRIA CRIANÇAS E JOVENS

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indicam a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõem o IDH Educação. No município, a proporção de crianças de 6 a 14 anos foi de 94,4% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 85,22%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é

de 54,76%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 34,51%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 55,33 pontos percentuais, 67,61 pontos percentuais, 46,69 pontos percentuais e 30,76 pontos percentuais.

Gráfico 3 - Fluxo Escolar por faixa etária



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010

Em 2010, 82,27% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 65,88% e, em 1991, 58,58%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 8,60% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 2,18% e, em 1991, 0,15%.

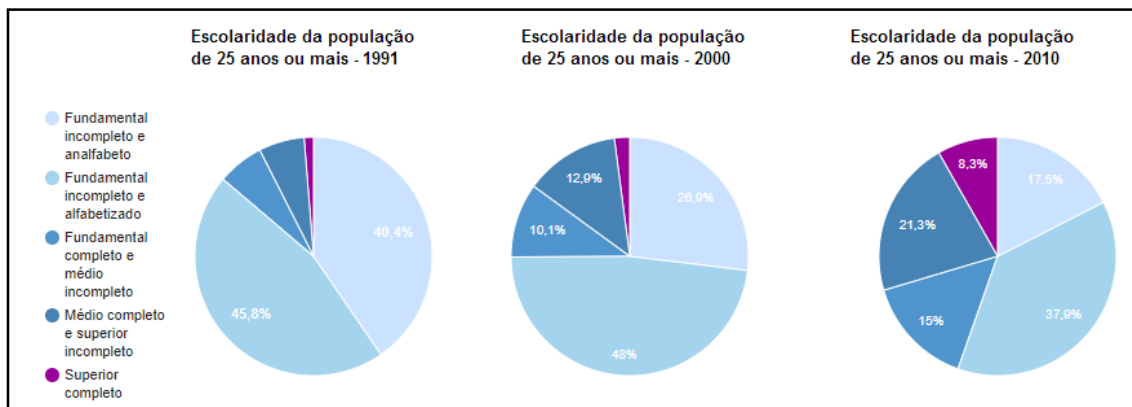
Expectativa de Anos de Estudo

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,74 anos para 9,55 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,87 anos para 9,26 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,51 anos, no município, e de 6,29 anos, na UF.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 28,16% para 51,42%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 15,00%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 17,53% eram analfabetos, 44,59% tinham o ensino fundamental completo, 29,60% possuíam o ensino médio completo e 8,26%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Gráfico 4- Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Balsas



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

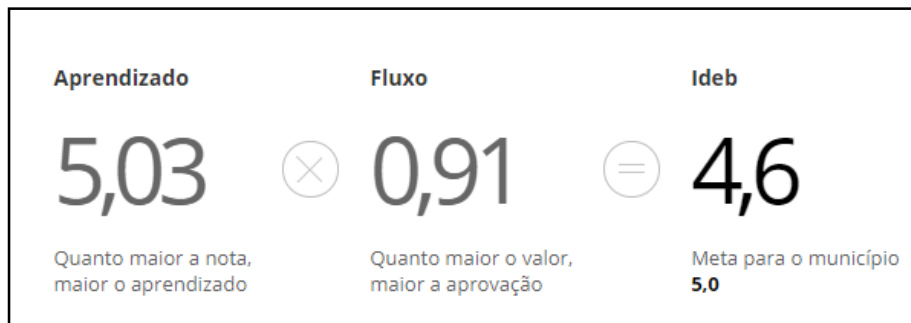
DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE EDUCAÇÃO IDEB

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Suécia.

Com o Ideb, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

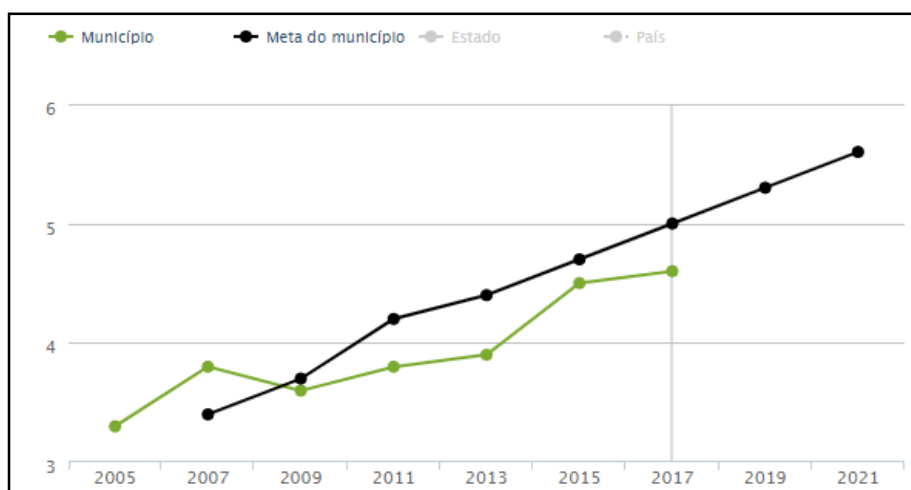
O Ideb 2017 nos anos iniciais da rede pública cresceu, mas não atingiu a meta e não alcançou 6,0 como podemos observar no gráfico abaixo. Tem o desafio de garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

Imagem 1- Ideb Balsas



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2017).

Gráfico 5- Evolução do Ideb em Balsas



Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep, 2017.

Indicadores de fluxo escolar

Os indicadores de fluxo escolar na educação básica representam um grande monitoramento da educação e na condução das políticas públicas e só são possíveis a partir da metodologia de coleta de dados individualizados, adotada pelo Censo Escolar desde 2007, e que permitiram um acompanhamento do estudante ao longo de sua trajetória escola. Uma das principais contribuições é a possibilidade de acompanhar os indicadores de todo o território nacional. Em Balsas o indicador de fluxo é 0,91, ou seja, a cada 100 alunos, 9 não foram aprovados.

Indicador de Aprendizado

O indicador de aprendizado varia de 0 até 10 e quanto maior, melhor. Porém o 10 é praticamente inatingível - significaria que todos alunos obtiveram rendimento esperado.

Balsas obteve o indicador de aprendizado de 5,03, nota padronizada em português e matemática de acordo com a Prova Brasil.

A Escala Saeb varia dependendo da disciplina e da etapa escolar. As habilidades mais complexas em português estão concentradas nas pontuações que variam entre 325 a 350 no 5º ano, 375 a 400 no 9º ano e 400 a 425 no Ensino Médio; e em matemática nas pontuações que variam entre 325 a 350 no 5º ano, 400 a 425 no 9º ano e 450 a 475 no Ensino Médio.

Quadro 5- Escala Saeb de Balsas

Português	Matemática
Média da Proficiência	Média da Proficiência
185,24	193,53

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep, 2017.

DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

A renda per capita média de Balsas cresceu 264,23% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 145,95, em 1991, para R\$ 353,17, em 2000, e para R\$ 531,60, em 2010.

A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 73,45%, em 1991, para 52,04%, em 2000, e para 21,22%, em 2010.

A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,57, em 1991, para 0,71, em 2000, e para 0,58, em 2010.

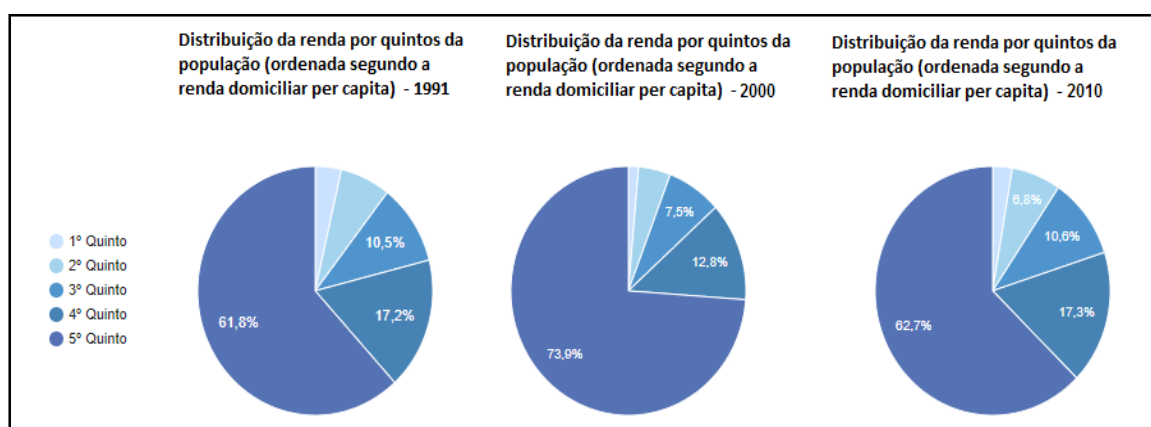
Quadro 6- Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Balsas - MA

	1991	2000	2010
Renda per capita	145,95	353,17	531,60
% de extremamente	45,76	26,69	8,50

pobres			
% de pobres	73,45	52,04	21,22
Índice de Gini	0,57	0,71	0,58

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

Gráfico 6- Distribuição da renda por extrato da população



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Balsas é 0,687, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,807, seguida de Renda, com índice de 0,674, e de Educação, com índice de 0,597.

Índice da dimensão Longevidade, é um dos 3 índices que compõem o IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.

Quadro 7- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Balsas - MA

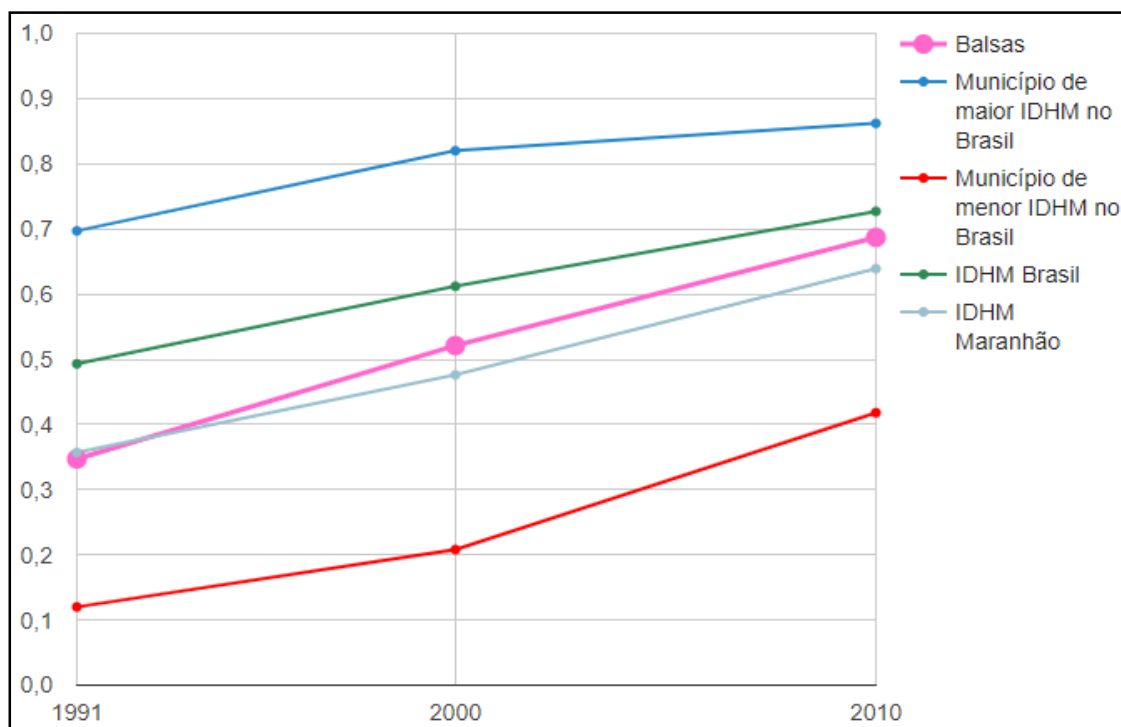
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,145	0,326	0,597
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	15,00	28,16	51,42
% de 5 a 6 anos na escola	27,58	69,38	82,91
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	17,61	40,74	85,22
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	8,07	20,16	54,76
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,75	9,64	34,51
IDHM Longevidade	0,616	0,712	0,807
Esperança de vida ao nascer	61,95	67,74	73,44
IDHM Renda	0,467	0,609	0,674
Renda per capita	145,95	353,17	531,60

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2013.

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,521 em 2000 para 0,687 em 2010 - uma taxa de crescimento de 31,86%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 65,34% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,271), seguida por Longevidade e por Renda.

Balsas ocupa a 2251ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço).

Gráfico 7- Evolução do IDHM de Balsas



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2013.

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE

Atualmente, a cidade de Balsas dispõe de uma proposta para implantação do transporte público, isso em razão das demandas dos pontos centrais do ensino superior, do fluxo dos bairros com os centros, das residências dos conjuntos habitacionais do Programa Federal “Minha Casa, Minha Vida”, que se localiza em bairros mais distantes, entre outros.

No ano de 2021 foram realizadas 5 (cinco) audiências públicas sobre a implantação do sistema de transporte coletivo em bairros diferentes para captar a contribuição da população e reuniões da Comissão Gestora do Município. Ao final, chegou-se a definição de 3 (três) itinerários, descritos a seguir:

Quadro 08: de atendimento pelo Transporte Coletivo de Balsas – Serviço de Transporte Público Convencional.

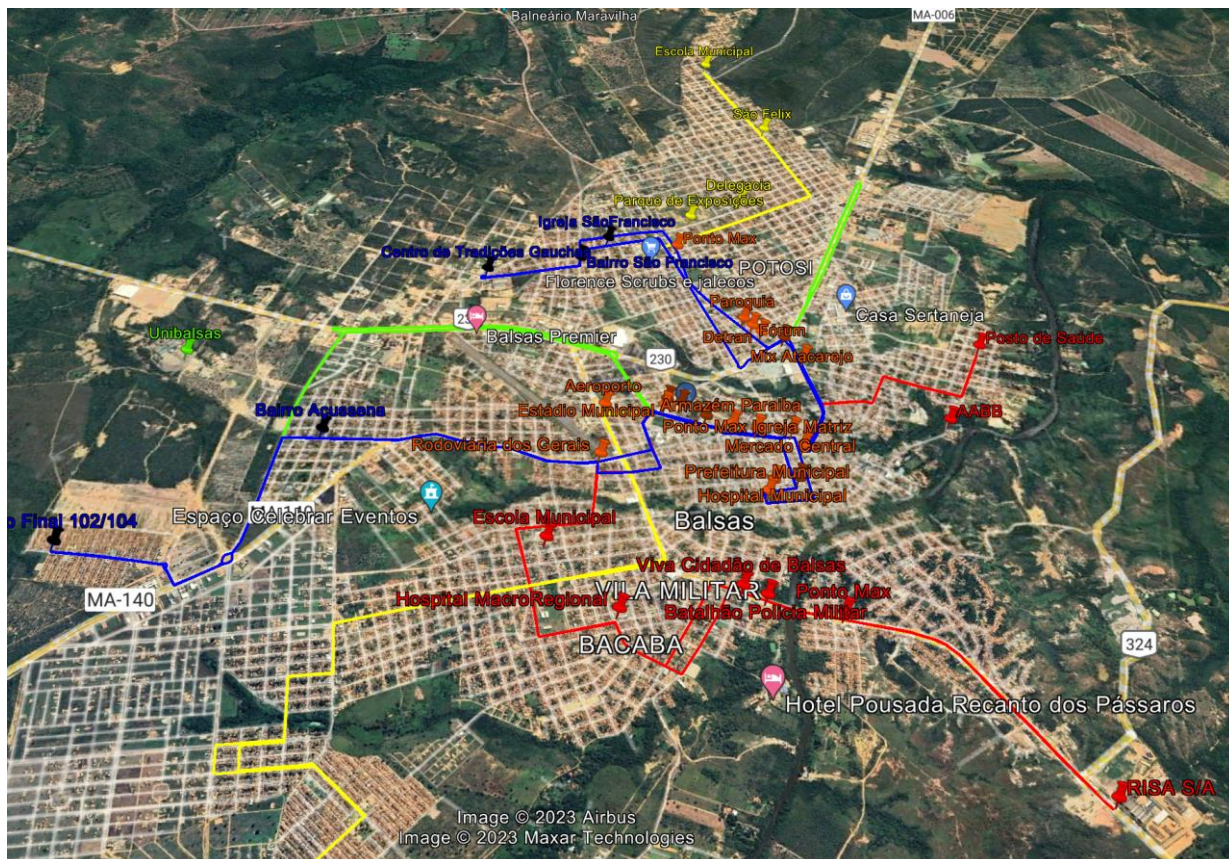
Cod	Linha	Km	Frota			Viagens Programadas /Mês
			D.U	SAB	Dom/Fer	
1	Joci Barbosa - São Felix via Centro	28,86	4	3	2	566
2	Conj.Veneza - Jd.S.Francisco via Centro	24,05	3	2	1	638
3	Joci Barbosa - Cajueiro via Conj.Veneza	29,8	1	0	0	132

São isentos do pagamento da tarifa, devendo a Concessionária realizar o transporte sem a cobrança de qualquer importância: às pessoas maiores de 65 anos de idade, portadores deficiência mental, auditiva, neuro-sensorial ou mista entre outras deficiências, policial militar, civil e bombeiro militar e menores de seis anos. Gestantes não ficam isentas de pagamentos, apenas ficam dispensadas de passarem na roleta de cobrança. Os descontos de 50% dos preços das tarifas são para os estudantes com comprovante de frequência.

Algumas características da frota foram especificadas tais como, a lotação mínima de 40 passageiros sentados, veículos têm que satisfazer as normas do Código Nacional de Transito, as legislações vigentes Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Metrologia (CONMETRO), Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e entre outros.

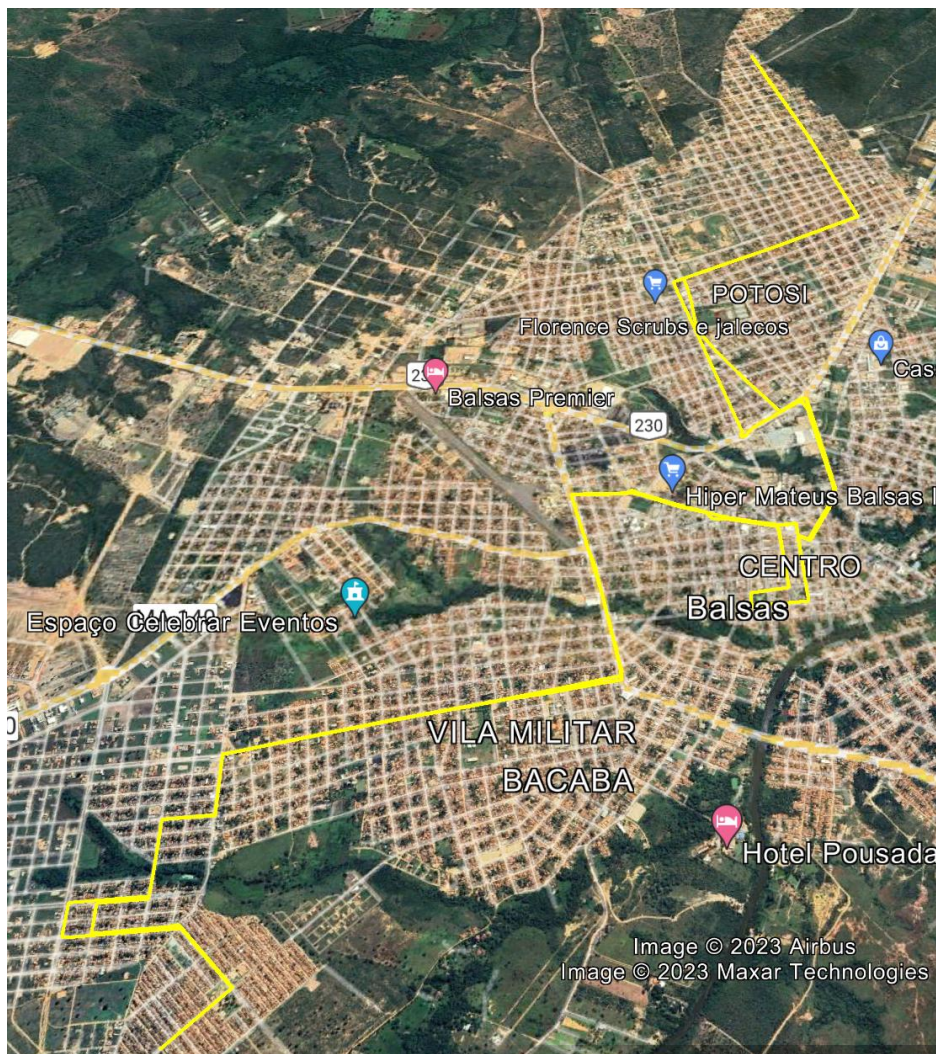
VISÃO GERAL DA REDE DE TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS

Figura 05: Imagem aérea urbana de Balsas – MA com os itinerários

**LINHA 1 - Joci Barbosa - São Felix via Centro**

PARADA FINAL JOCI BARBOSA

Figura 06: Rota da Linha 01

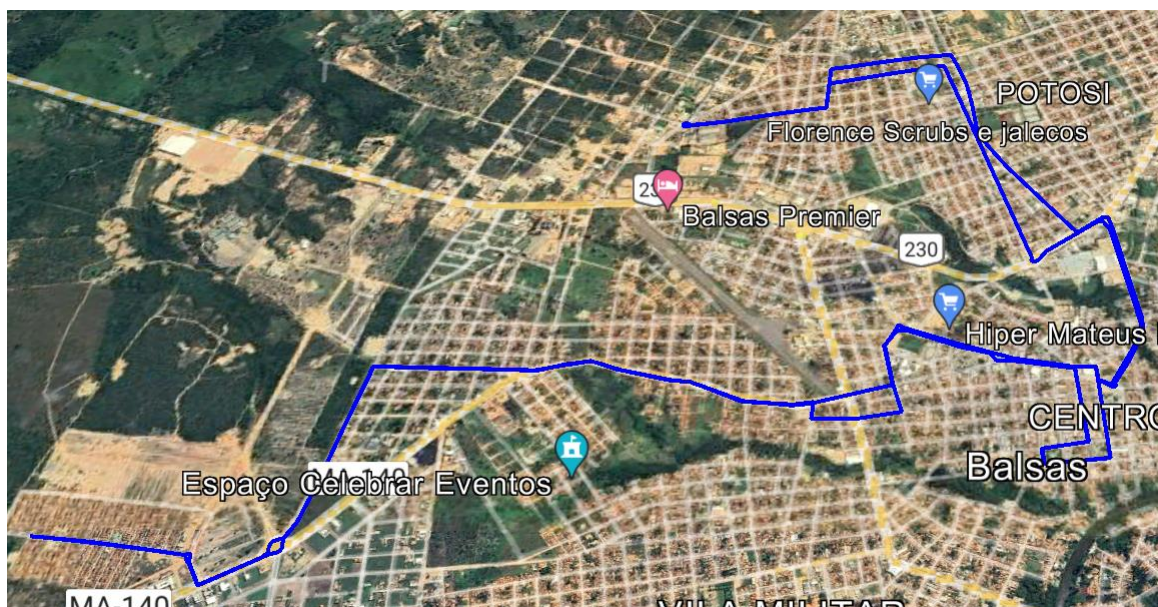


A Rota detalhada (Ruas, Avenidas etc) poderá ser obtida na Vistoria Prévia.

LINHA 2 - Conj.Veneza - Jd.S.Francisco via Centro

PARADA FINAL CONJUNTO VENEZA

Figura 07: Rota da Linha 02

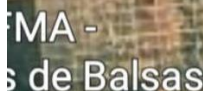


A Rota detalhada (Ruas, Avenidas etc) poderá ser obtida na Vistoria Prévia.

LINHA 3 - Joci Barbosa - Cajueiro via Conj.Veneza

PARADA FINAL JOCI BARBOSA

Figura 08: Rota da Linha 03



DA FROTA

90

nº1.343/2017.

A frota operacional é a frota necessária para operar os quadros de horários estabelecidos e reserva é a que deve ser considerada no cálculo dos custos do serviço. Independente do número de veículos cadastrados a frota vinculada ao serviço é por definição técnica a frota operacional + a reserva técnica.

Para determinação da frota operacional necessária para operar os serviços foi realizada, com base nos quadros de horários a alocação de frota para cada linha do sistema.

Frota a ser alocada

Serviço	Frota Operacional	Reserva Técnica	Frota total
Urbano	8	2	10

As características mecânicas do ônibus devem ser de acordo com a sua classificação, conforme a tabela abaixo do anexo B da ABNT 15570/2011:

Classificação	Potencia mínima (kW/tmin)	Torque mínimo (Nm/t min)	Posição do motor	Transmissão	Suspensão	Tanque
Ônibus Básico	9	45	Dianteiro	Manual ou Automática	Mecânica	01 (um) de no mínimo 120 litros
Micro- Ônibus	11	45	Dianteiro	Manual ou Automática	Mecânica	01 (um) de no mínimo 120 litros

Em relação ao comprimento, a largura externa e o PBT dos veículos devem estar em conformidade com a tabela abaixo, de acordo com o Anexo B da ABNT NBR 15570/2011:

Classificação	Comprimento máximo [mm]	Largura [mm]	PBT mínimo [kg]
---------------	-------------------------	--------------	-----------------

Ônibus Básico	14000	2600	16000
Micro-Ônibus	7400	2380	5000

Observação: Outras configurações referentes ao comprimento e à largura poderão ser admitidas pelo órgão gestor, após análise de viabilidade.

Todos os veículos deverão atender as Resoluções, Normas Técnicas e Legislação específica da indústria de fabricação de chassis e carroceria, além das mencionadas a seguir, e ainda novas legislações que vierem a ser publicadas ou alteradas:

- Lei Federal nº 9.503/97 de 23/09/97 instituindo o novo Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei Federal nº 10.048/2000, da prioridade de atendimento às pessoas específicas.
- Lei Federal nº 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto Federal nº 5.296/04, regulamenta a Lei Federal nº 10.048, que trata da acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida.
- Resolução CONMETRO 01/93, estabelecendo o Regulamento Técnico para construção de carrocerias dos ônibus urbanos.
- Resolução CONAMA 18/86 e suas alterações, instituindo o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE.
- Resolução CONAMA 01/93 e suas alterações, estabelecendo limites máximos de ruído.
- Resolução CONAMA 06/93 e suas alterações, dispondo sobre divulgação das recomendações e especificações dos sistemas dos veículos ao público em geral.
- Resolução CONAMA 07/93 e suas alterações, dispondo sobre diretrizes básicas e padrões de emissão para o estabelecimento de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M.
- Resolução CONAMA 08/93 e suas alterações, estabelecendo os limites máximos de emissão de poluentes para os motores.
- Resolução CONTRAN 680/87, estabelecendo requisitos para o sistema iluminação e sinalização de veículos.

- Resolução CONTRAN 14/98, estabelecendo os equipamentos obrigatórios para frota de veículos em circulação.
- Resolução CONTRAN 764/92, regulando a aposição de películas nas áreas envidraçadas dos veículos.
- Resolução CONTRAN 777/93, dispondo sobre a adoção das Normas ABNT, como método de ensaio e requisitos mínimos para avaliação do sistema de freios.
- Resolução CONTRAN 784/94, regulamentando o uso e estabelecendo requisitos para vidros de segurança.
- Resolução CONTRAN 811/96, estabelecendo requisitos de segurança para veículos de transporte coletivo.
- Resolução CONTRAN 084/98, estabelecendo normas referentes a inspeção técnica de veículos.
- Norma ABNT NBR 6.606/80 e suas alterações, dispondo sobre os padrões ergonômicos.
- Norma ABNT NBR 10.756/89, estabelecendo posicionamento do bocal de saída da tubulação de escape.
- Norma ABNT NBR 11.535/95, dispondo sobre veículos convertidos para uso de Gás Metano Veicular (GMV).
- Resolução CONTRAN Nº 157, de 22/04/2004, fixando especificações para extintores de incêndios nos veículos automotores.
- Norma ABNT NBR Nº 14022 – Transporte – Acessibilidade à pessoas portadoras de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.
- Norma ABNT NBR Nº 15570 que trata das especificações técnicas para a fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros.

TARIFA

Todo Sistema de Transporte precisa encerrar o exercício em equilíbrio entre a receita e o custo. Tarifa é a nomenclatura para determinar a fonte de receita do sistema. A Tarifa que equivale a totalidade do custo é chamada TARIFA DE REMUNERAÇÃO, enquanto que a passagem paga pelos usuários é chamada de TARIFA PÚBLICA.

A TARIFA DE REMUNERAÇÃO é diferente da TARIFA PÚBLICA quando a segunda não consegue

atingir o valor necessário para custear o Sistema de Transporte. Nestes casos, a TARIFA DE REMUNERAÇÃO é composta pela TARIFA PÚBLICA e uma complementação tarifária para equilibrar a relação entre receita e custo.

CUSTO DO SISTEMA

O custo operacional calculado toma por base um carregamento de passageiros por viagem, em dias úteis, sábados, domingos e feriados. Este carregamento não tem base histórica, visto que nunca houve este modal na cidade de Balsas. Por isso, tomou-se o carregamento de uma cidade com as mesmas características, e considerou-se o mesmo carregamento para a base de cálculo tarifário.

Foram considerados os 2 (dois) trajetos do itinerário adotado com total de 65 km e referências dos preços a seguir para item de manutenção e operação na realização da composição resumo da tarifa do transporte coletivo.

O custo do Sistema de Transporte Urbano de Balsas é o resultado da soma do custo fixo (remuneração e depreciação dos veículos, folha de pagamento, tributos, garagem, entre outros) com o custo variável (pneus, peças, combustível, horas extras, entre outros) do transporte da cidade a exemplo do que segue na planilha abaixo.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS
SECRETARIA MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA	
R\$	Item
Grupo 1 - Remuneração	
3.275,00	Salário base mensal de motorista (com encargos)
2.306,00	Salário base mensal de fiscal/despachante (com encargos)
840,00	Benefício mensal por Colaborador
11.185,45	Remuneração Diretoria (R\$/mês) para o Sistema
111.854,50	Folha de Pagamento Total do Sistema (com Encargos)
Grupo 2 - Rodagem	
5,5000	Litro / Diesel S10
3,5000	Litro / Arla 32
22,00	Lubrificante
2.300,00	Preço de um pneu novo para micro ônibus
2.700,00	Preço de um pneu novo ônibus convencional
650,00	Preço de uma recapagem para micro ônibus
750,00	Preço de uma recapagem p/veículo convencional
Grupo 3 - Veículo + Taxas e Seguros	
195.000,00	Preço ponderado de um chassi novo p/ Micro ônibus
255.000,00	Preço ponderado de um chassi novo p/veíc. Convencional
300.000,00	Preço ponderado de uma carroceria nova p/ Micro ônibus
350.000,00	Preço ponderado de uma carroceria nova p/veíc. Convencional
5.000,00	Custo de Frete da Fábrica até o Destino Final
500.000,00	Preço total de um Micro ônibus
610.000,00	Preço total veículo Convencional
490.800,00	Preço total de um Micro ônibus sem rodagem
593.800,00	Preço total veículo Convencional sem rodagem
3.720,00	Despesa anual com seguro resp. civil por veículo
481,49	Despesa anual com seguro obrigatório por veículo
511,56	Despesa Mensal de Tecnologia embarcada (SBA-SCO) por veículo
8.000,00	Despesa Operacional Mensal do Sistema com Venda de Créditos Estudantis
10	Frota Operante do Sistema de Balsas
310,00	Seguro Responsabilidade Civil/Veíc./Mês
40,12	Seguro Obrigatório/Veíc/Mês

Na tabela abaixo mostra o custo total anual do sistema de transporte, onde apresentam as despesas dos insumos básicos, veículos, manutenção entre outros, possibilitando o cálculo médio das despesas mensais.

COMPONENTE	VALOR ANUAL	VALOR MENSAL
Salários e Encargos Diretos	R\$ 1.476.479,80	R\$ 123.039,98
Frota de Veículos	R\$ 1.876.257,60	R\$ 156.354,80
Combustíveis e Lubrificantes	R\$ 1.932.163,80	R\$ 161.013,65
Pro Labore de Diretoria	R\$ 134.225,40	R\$ 11.185,45
Seguros em Geral	R\$ 42.014,40	R\$ 3.501,20
Sistema e Tecnologia	R\$ 156.000,00	R\$ 13.000,00
TOTAL	R\$ 5.617.141,00	R\$ 468.095,08

Este custo está estratificado no Anexo da Lei 1.343/2017, que planilha todos os índices a fim de atingir o custo total calculado para cada mês, e, por conseguinte, a remuneração necessária para equilibrar financeiramente este mesmo sistema, conforme a tabela abaixo que determina os encargos trabalhistas.

TARIFA PÚBLICA

Para fins de cálculo da TARIFA PÚBLICA, primeiro calculou-se o custo total mensal do Sistema de Transporte de Balsas, e a sua consequente TARIFA DE REMUNERAÇÃO (equilíbrio do contrato). Este valor, uma vez que fosse cobrado integralmente do usuário, tornaria o transporte público inviável (princípio da modicidade tarifária).

Assim sendo, estipulou-se o valor de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para a TARIFA PÚBLICA, e uma complementação, através da subvenção mensal, para que fosse atingido o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

A TARIFA PÚBLICA, por sua vez, compõe a remuneração total do sistema de transporte, e é calculada com base no **Passageiro Equivalente**, isto é, um número que seja o resultado do carregamento dos Passageiros que pagam o valor Integral da Passagem, da Meia Passagem e da Gratuidade. Um veículo que carregou 73 (setenta e três) passageiros, sendo 18 estudantes, 10 gratuidades e 45 inteiras, obteve o número de **54 Passageiros Equivalentes**. Este número é obtido pela razão entre o faturamento bruto da linha e a tarifa pública cobrada no Sistema de Transporte.

CÁLCULO DA TARIFA PÚBLICA DE BALSAS

Considerando uma frota total remunerada de 10 veículos, sendo 8 operantes e 2 reservas, foi calculada uma Quilometragem Programada Mensal de 37.952,26 km (trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois quilômetros, duzentos e sessenta metros), com **1.336 viagens** programadas ao longo das linhas.

O Custo Total Mensal Calculado é de **468.095,08** (quatrocentos e sessenta e oito mil, noventa e cinco reais e oito centavos).

O Carregamento Mensal Estipulado de Passageiros Equivalentes é de 72.144 (setenta e dois mil, cento e quarenta e quatro) embarques. Ressalta-se, novamente, que este número de Passageiros Equivalentes considera as meias passagens e as gratuidades.

Assim sendo, obtém-se o seguinte cálculo:

(Custo Total Mensal do Sistema / Viagens Totais Mensais do Sistema) / Passageiros Equivalentes por
viagem

(468.095,08 / 1.336) / 54 = **R\$ 6,49 (seis reais e quarenta e nove centavos)**

Ressalta-se, mais uma vez, que este valor reflete a Tarifa Máxima de Remuneração, ao passo que a Tarifa Pública Máxima de Balsas, para o início do contrato, tem o Valor de **R\$ 4, 50 (Quatro reais e cinquenta centavos)**.

Em suma, considerar-se-á a Melhor Proposta aquela que contiver o valor do Complemento Tarifário Mensal (Diferença entre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO e a TARIFA PÚBLICA) com a maior aplicação de Desconto por parte da PROPONENTE, que poderá, através de estudos de viabilidade econômica, demonstrado em Proposta, atingir um Complemento Tarifário menor do que o previsto em Edital.

Ressalta-se que o Complemento Tarifário possuirá Valor Fixo Mensal, em reais (R\$), baseado nos dados de Passageiros Equivalentes demonstrados em Edital, e com previsão legal nos artigos 39 e 41 da Lei Municipal 1.343/2017, possuindo, para tal, previsão orçamentária municipal. Entretanto, uma vez demonstrado, na execução do Contrato, que o número de carregamento de Passageiros Equivalentes não correspondeu aos estudos, este número deverá ser revisado para cima ou para baixo. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO deve possuir sempre o mesmo valor arrecadado quando comparado ao

Custo Total do Sistema de Transporte. Se isto não ocorrer, então ou a TARIFA PÚBLICA ou as outras fontes de receita, como subsídios, deverão ser reajustadas, para baixo ou para cima, a fim de que seja mantido o equilíbrio econômico do Contrato.

Um sistema de transporte saudável é aquele em que a Tarifa Pública é igual ou superior à Tarifa de Remuneração, motivo este pelo qual políticas de transporte como o fornecimento de vale transporte aos servidores públicos, ou de créditos eletrônicos aos alunos da rede pública são bastante utilizados, pois, quanto maior o número de Passageiros Equivalentes (pagantes), menor será a necessidade da Complementação Tarifária.

DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

O valor estimado da concessão é de R\$ 77.915.520,00 (setenta e sete milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e vinte reais).

Considera-se valor estimado da concessão o total estimado das receitas da concessionária durante o prazo de vigência da concessão.

Para efeito de estimativa do valor da concessão, aplicou-se a tarifa de **4,50 (Quatro reais e cinquenta centavos)**. Sobre a demanda pagante mensal potencial estimada para serviço urbano e rodoviário de transporte coletivo por ônibus (72.144 passageiros equivalentes/mês), obtendo-se a receita mensal potencial estimada e considerando o prazo de concessão de 240 (duzentos e quarenta) meses.

A utilização de áreas operacionais possibilita que o sistema de transporte acompanhe o processo de evolução econômica e de uso do solo de uma determinada região sem a necessidade de uma nova licitação, agilizando o atendimento e adequação dos serviços de transporte às transformações urbanas. Investimentos privados ou governamentais podem alterar significativamente a dinâmica de uma região e o sistema de transportes públicos deverá responder de forma imediata às necessidades de deslocamento da população.

Quando da ocorrência de modificações do sistema, estarão previstos no Instrumento Convocatório, assim como no Contrato de Concessão, dispositivos visando permitir à Concessionária resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Acredita-se que assim o Poder Concedente tenha maior controle sobre o nível dos serviços oferecidos à população e o prestador do serviço maior segurança de que seu investimento não será afetado por fatores externos, que no momento da elaboração do projeto não possam ser previstos.

Vale ressaltar que os investimentos públicos e/ou privados no setor de transportes podem modificar os hábitos de viagem verificados atualmente. Os licitantes devem considerar os estudos realizados pelas diversas esferas de governo quando da elaboração de suas análises de viabilidade econômica e financeira. É responsabilidade do licitante se informar junto aos órgãos competentes como esses investimentos irão ocorrer e de que forma poderão impactar no desempenho dos serviços ao longo do tempo de contrato.

Outro fator importante a ser considerado na avaliação é a relação entre aumento de renda e aumento de mobilidade. O aumento da renda verificado nos últimos anos, principalmente nas classes C e D, está gerando um crescimento de demanda por transporte. Entretanto, é importante considerar que esse aumento de renda também está causando um aumento das taxas de motorização que podem afetar de maneira negativa a demanda por transporte público coletivo de passageiros.

ANEXO I.II - GLOSSÁRIO

Adjudicatário – é o **licitante** ao qual será adjudicado o objeto da **licitação**.

Concessão de Serviço Público – A delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por prazo determinado.

Concessionária – A licitante vencedora com a qual será celebrado o contrato de concessão.

Poder Concedente – A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.

Modicidade Tarifária – é o direito dos USUÁRIOS de utilizar os SERVIÇOS mediante o pagamento de tarifas acessíveis, observado, conforme o caso, o direito a gratuidades e descontos tarifários.

SBA - Sistema de Bilhetagem Automática.

SCO – Sistema Complementar de Operação.

Tarifa Pública – é o preço fixado pelo Poder **Concedente** e pago pelos usuários em decorrência da utilização dos serviços de transporte público coletivo municipal.

Tarifa de Remuneração – valor total pago à **Concessionária**, computadas a **Tarifa Pública**, e eventuais subsídios, nos termos definidos no Edital e no Contrato.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024.
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins, que concorda com todos os termos, prazos e condições estabelecidos no Edital e anexos da Concorrência nº _____/2024, bem como que tem pleno e total conhecimento da realização dos trabalhos pertinentes à **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA.**

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

**(razão social da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024.

Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da Concorrência nº ____/2024, que tem por objeto **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- i. A Proposta Técnica e a Proposta de Preços foram elaboradas de maneira independente e que o seu conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência nº ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- ii. A intenção de apresentar a Proposta Técnica e a Proposta de Preços não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência nº ____/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- iii. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência nº ____/2024 quanto a participar ou não da referida licitação;
- iv. Que os conteúdos da Proposta Técnica e da Proposta de Preços não serão, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência nº ____/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- v. Que os conteúdos da Proposta Técnica e da Proposta de Preços não foram, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer

integrante dos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município de Balsas antes da abertura oficial das propostas; e

- vi. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

**(razão social da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024
ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024.
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da Concorrência nº ____/2024, que tem por objeto a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA que realizou vistoria prévia e compareceu aos locais determinados pela Administração, e que tomou conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos, proposta e execução do objeto da licitação.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

**(razão social da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA PRÉVIA

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024.

Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da Concorrência nº ____/2024, que tem por objeto a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA que, por deliberação única e exclusiva, OPTOU pela não realização de vistoria prévia e, portanto, deixou de comparecer aos locais determinados pela Administração.

Portanto, a empresa DECLARA que está ciente de todas as especificações técnicas, termos, prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que não poderá, em momento posterior, alegar a falta de conhecimento para justificar eventual descumprimento das normas editalícias ou do Contrato de Concessão.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(razão social da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO VI

MODELO DE CARTA CREDENCIAL PARA PROCURADOR

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024.

Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, VEM CREDENCIAR o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ para participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024 – CPL, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, na qualidade de procurador, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa em qualquer fase do certame, bem como formular desistência da interposição de Recursos, assinar e/ou rubricar declarações e propostas, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar os demais atos inerentes ao procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal,

com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E/OU GERENTE GERAL

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024, cujo objeto é a **O CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA,** VEM INDICAR o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ para atuar como Responsável Técnico e/ou Gerente Geral.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

**(nome da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS, MÁQUINAS,
EQUIPAMENTOS E SISTEMAS**

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024

Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA, sob as penas da lei, que mobilizará profissionais, aparelhamento e pessoal técnico com habilitação e compatíveis com os serviços a serem prestados, conforme descrito no Projeto Básico.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

**(nome da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE FROTA

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024 – CPL, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA, sob as penas da lei, que dispõe da quantidade e frota de veículos (ônibus) exigidos no Edital e seus anexos, em quantidade suficiente para o início imediato da prestação dos serviços, estando ciente das condições, exigências e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, bem como, das especificações exigidas e obrigatórias nos veículos que prestarão do serviço de transporte público coletivo. A licitante DECLARA que está ciente que o não atendimento dos requisitos exigidos impedirá sua contratação.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal,
com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO X

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

☐

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal,

com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO XI

**DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA**, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal,

com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO XII
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ilmo. Sr.
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Balsas
Balsas - MA.

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 02/2024
Processo nº 10415/2024

Prezado Senhor,

A _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na _____, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, com o intuito de participar da CONCORRÊNCIA nº ____/2024, cujo objeto é a **CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE BALSAS/MA,** VEM APRESENTAR sua Proposta de Preços nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ANOS	QUANT. MÉDIA PASSAG. EQUIV./ MÊS	QUANT. MÉDIA PASSAG. EQUIV./ ANO	VALOR UNITÁRIO TARIFA DE REMUNERAÇÃO (R\$)		VALOR TOTAL 30 (TRINTA) ANOS (R\$)
					PÚBLICA	COMPLEMENTO	
01	CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO, POR MEIO DE ÔNIBUS, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA	30	71.200	854.400,00			

A presente Proposta de Preços considerou a tarifa pública de R\$ _____

(_____) e ofertou percentual de desconto de ____% (_____ por cento) sobre o valor do complemento máximo previsto no Projeto Básico.

O valor estimado do Contrato de Concessão é de R\$ _____ (_____), correspondente à receita prevista para o Sistema de Transporte Coletivo em Balsas/MA no prazo de 20 (vinte) anos, considerando a tarifa média de referência de R\$ _____ (_____) e quantitativo médio de passageiros/mês de _____ (_____).

Logo, segue o **RESUMO da presente Proposta:**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____)

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: de acordo com o *Termo de Referência*.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme *Termo de Referência*.

DADOS DO RESPONSÁVEL QUE ASSINARÁ O CONTRATO:

Nome completo:

Endereço empresa:

RG nº

CPF nº

Cargo/Função:

Por fim, conforme Modelo de Proposta de Preços constante no Anexo X do Edital de Concorrência nº ____/2024, a _____ (razão social da licitante), por meio de seu Responsável Técnico, **DECLARA:**

- a) Que expressamente está ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da Concorrência nº ____/2024 e seus anexos.
- b) Que o prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da data de abertura das propostas.

Atenciosamente,

Local, data e assinatura

(nome da empresa e do seu representante legal,

com a devida identificação e qualificação, em papel timbrado da empresa)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

ANEXO XII

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 10415/2024

CONTRATO Nº ____/2024

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DMT E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSAS**, por intermédio do DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO – DMT sediada à _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o _____ doravante denominada **CONTRATANTE/CONCEDENTE**, neste ato representada por seu titular, _____, CPF nº _____ e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, doravante denominada **CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada por seu representante legal, _____, CPF nº _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, resultante da licitação na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 02/2024 – CPL**, formalizada nos autos do **Processo Administrativo nº 10415/2024**, com fundamento no art. 175 da Constituição Federal, a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.987/1995 (Lei de Concessão de Serviço Público), Lei Federal nº 12.587/2012 (Lei de Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana), Lei Municipal nº 1.343/2017 (Concessão de Serviço Público) e suas respectivas alterações, devendo ser observados os Princípios Gerais do Direito Público, e demais normas pertinentes, bem como as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, aplicando-se as demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **concessão de serviço público para prestação e exploração de serviço de transporte público coletivo, por meio de ônibus, do Município de Balsas/MA**, com vistas à atender a demanda da população e ao interesse público, sob a coordenação do Departamento Municipal de Trânsito – DMT, em conformidade com Projeto Básico que integrou o

Edital da **Concorrência nº ____/2024 – CPL**, Proposta Técnica e Proposta de Preços da Contratada/Concessionária e demais documentos constantes nos autos do Processo Administrativo nº 10415/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato de Concessão, independentemente de transcrição, o Projeto Básico elaborado pela SECRETARIA _____ (ou DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO), o Estudo o Edital da **Concorrência nº ____/2024 – CEL**, a Proposta Técnica e Proposta de Preços da CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, as Notas de Empenho e as Ordens de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO DE CONCESSÃO

O valor estimado do Contrato de Concessão do Transporte Coletivo é de R\$ _____ (_____), correspondente à receita do sistema no prazo de 20 (vinte) anos, considerando a tarifa pública média de referência de R\$ ____ (____) e quantitativo médio de passageiros/mês de ____ (____), de acordo com a planilha integrante da Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA e o Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela CONTRATANTE/CONCEDENTE, inclusas todas as despesas que resultem no custo da execução dos serviços, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único: O valor acima tem efeito meramente indicativo, não podendo utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição econômico-financeira deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato poderão ocorrer por conta das seguintes fontes:

- a)** TARIFA PÚBLICA, cobrada diretamente dos usuários do transporte público;
- b)** Complementação tarifária tem previsão legal nos Artigos 39 e 41 da Lei Municipal 1.343/2017, possuindo, para tal, previsão orçamentária municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXPLORAÇÃO DA CONCESSÃO:

O prazo de exploração da concessão será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão, contado de sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

Parágrafo primeiro: O prazo referido poderá ser prorrogado, igual período anos, obedecido o prazo máximo fixado no art. 9º, §1º, da Lei Municipal nº 1.343/2017, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) cumprimento regular pela CONCESSIONÁRIA das normas de operação dos serviços e prestação dos serviços com qualidade satisfatória;
- b) concordância pela CONCESSIONÁRIA de valor do Contrato de Concessão para renovação a ser definido pelo Poder Público; e
- c) realização de novos estudos pelo Poder Público de viabilidade técnica e econômica da concessão que estabeleçam os parâmetros mínimos da nova concessão, da execução dos serviços e o valor da tarifa.

3.1.2. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Município de Balsas não gerará à CONCESSIONÁRIA direito a qualquer espécie de indenização.

3.2. O prazo máximo para início da operação dos serviços é de até 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão.

3.3. A partir do início da operação, a CONCESSIONÁRIA deverá contar com frota, equipamentos e recursos humanos integralmente disponíveis, atendendo a todas as especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- a) cumprimento regular pela CONCESSIONÁRIA das normas de operação dos serviços e prestação dos serviços com qualidade satisfatória;
- b) concordância pela CONCESSIONÁRIA do valor do Contrato de Concessão para renovação a ser definido pelo Poder Público; e
- c) realização de novos estudos pelo Poder Público de viabilidade técnica e econômica da concessão que estabeleçam os parâmetros mínimos da nova concessão, da execução dos serviços e o valor da tarifa.

Parágrafo segundo – A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à CONTRATADA/CONCESSIONARIA direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONCESSÃO

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações técnicas e operacionais previstos na Proposta Técnica e Proposta de Preço da CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, bem como na Lei Municipal nº 1.343/2017, parte integrante do contrato.

Parágrafo primeiro: A CONCESSIONÁRIA possuirá exclusividade na gestão, administração, operação, manutenção, operação e exploração do TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS.

Parágrafo segundo: A CONCESSIONÁRIA deverá prestar um serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários e em conformidade ao cronograma físico-financeiro de execução das obras vinculadas à Contrato;

Parágrafo terceiro: Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

Parágrafo quarto: O PLANO DE OPERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS deverá ser revisado anualmente, elaborado pela CONCESSIONÁRIA e aprovado pelo Poder Concedente.

Parágrafo quinto: Para colocar em funcionamento o sistema de TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS, a CONCESSIONÁRIA deverá providenciar aquisição de veículos, contratar equipes, instalar equipamentos, sistemas e infraestrutura adequada para o seu uso, inclusive no critério de priorizar a proximidade da garagem de manutenção dos veículos próximo ao ponto final do itinerário, conforme **ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar**, constante no edital que deu origem a este contrato.

Parágrafo sexto: A CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, bem como com rigorosa observância as ordens advindas do Poder Concedente, e as demais ordens e legislações vigentes.

Parágrafo sétimo: A CONCESSIONÁRIA deverá estudar e implementar modificações operacionais, administrativas, bem como as obras para melhoria, ou quaisquer outras intervenções, que aumentem a qualidade dos serviços prestados no transporte coletivo em Balsas e encaminhados para análise e aprovação do Poder Concedente.

Parágrafo oitavo: Durante os 12 (doze) primeiros meses da prestação do serviço de transporte público coletivo, a CONCESSIONÁRIA utilizará exclusivamente veículos do tipo ônibus.

Parágrafo nono: Decorridos os 12 (doze) meses, se a CONCESSIONÁRIA constatar a viabilidade da utilização dos veículos do tipo micro-ônibus, esta deverá expor e comprovar, através de estudos e levantamentos, dados e elementos probatórios suficientes, que atestem e demonstrem, a necessidade e possibilidade de sua utilização, ficando a critério da CONCEDENTE o aceite (ou recusa) da utilização de micro-ônibus no município.

Parágrafo dez: Ainda quanto à infraestrutura para operacionalizar os serviços durante os 12 (doze) primeiros meses da prestação do serviço de transporte público coletivo, a Concessionária utilizará exclusivamente veículos do tipo ônibus. Após, esse prazo, se a Concessionária constatar a viabilidade da utilização dos veículos do tipo micro-ônibus, esta deverá expor e comprovar, através de estudos e levantamentos, dados e elementos probatórios suficientes, que atestem e demonstrem, a necessidade e possibilidade de sua utilização, ficando a critério da Concedente o aceite (ou recusa) da utilização de micro-ônibus no Município.

Parágrafo onze: Fica estabelecido a utilização de 1 (um) itinerário, nos 2 sentidos (ida e volta) com 32 km na rota de ida e 33 km na rota de volta, totalizando 65 km de rotas a serem atendidas, conforme o **ANEXO II - (Estudo Técnico Preliminar)** do edital que originou este contrato, com o detalhamento da linha Grande Circular e das respectivas rotas.

Parágrafo doze: As demais especificações quanto aos serviços encontram-se contidas **na Proposta vencedora, Projeto Básico, Estudo Técnico Preliminar, Edital** que originou este contrato e na **Lei Municipal nº 1.343/2017**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO SERVIÇO ADEQUADO

A Concessionária fica obrigada à prestação de serviço adequado ao pleno atendimento aos usuários, em conformidade com a legislação aplicável, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, conforto, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade das tarifas e acessibilidade, além do cumprimento das obrigações previstas no Edital, assim definidos:

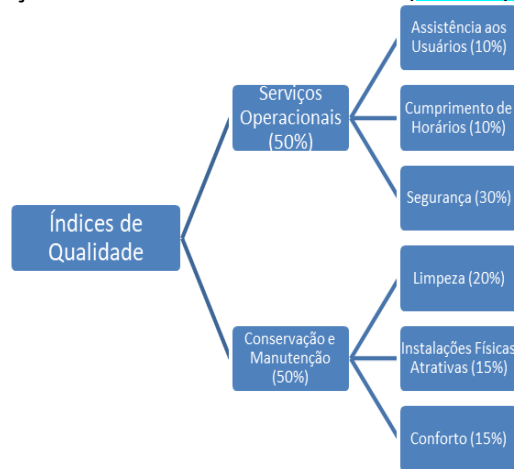
- a) Regularidade:** a prestação do serviço nas condições estabelecidas no Edital, em seus Anexos, no Contrato de Concessão e nas normas técnicas e regulamentares aplicáveis;
- b) Continuidade:** a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;
- c) Eficiência:** a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas da concessão;
- d) Atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e adequação do serviço na medida das necessidades dos usuários;
- e) Generalidade:** universalidade da prestação dos serviços, isto é, serviços iguais, sem qualquer discriminação, com presteza, rapidez e segurança para todos os usuários;
- f) Cortesia na prestação dos serviços:** tratamento com urbanidade, respeito, compreensão das especificidades, polidez e conforto para todos os usuários;
- g) Modicidade da tarifa:** a justa correlação entre os encargos da Concessionária e a retribuição dos usuários, e
- h) Acessibilidade:** facilidade disponibilizada às pessoas, inclusive as com deficiência e/ou mobilidade reduzida, que possibilite autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ÍNDICES DE QUALIDADE

A Concessionária deverá alcançar as seguintes dimensões de qualidade na prestação de seus serviços:

- a) **Confiabilidade:** capacidade de realizar o serviço prometido de forma confiável e correta;
- b) **Presteza:** capacidade de prestar o serviço com boa vontade e prontidão;
- c) **Segurança:** capacidade de o prestador de serviço prestar serviços com confiança através do conhecimento e de forma cortês;
- d) **Empatia:** cuidados e atenção individualizados aos usuários;

Parágrafo primeiro: A Concessionária deverá manter em sua administração um padrão de qualidade dos serviços prestados satisfatórios aos usuários, cujo padrão deverá ser analisado através do resultado de pesquisas mensais elaboradas pela CONCEDENTE e acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por amostragem através de uma parcela mínima de 5% dos usuários do TRANSPORTE COLETIVO contemplando os seguintes: Índices de Qualidade: Assistência aos Usuários, Cumprimento de Horários, Segurança, Limpeza, Instalações Físicas Atrativas e Conforto (**Embarque e Desembarque**).



CLÁUSULA OITAVA – DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão iniciados no prazo máximo de até 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos contados da assinatura do Contrato.

Parágrafo único: o prazo para início de execução dos serviços pode ser prorrogado por igual período mediante justificativa técnica da Concessionária e aprovação pelo Concedente.

CLÁUSULA NONA -DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Os direitos básicos da CONCESSIONÁRIA são todos aqueles previstos em Lei e Contrato,

especialmente os referentes ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, à alteração e expansão dos serviços a serem realizados no futuro para garantir a continuidade da prestação dos serviços e atendimento do crescimento da demanda.

Parágrafo primeiro: a Concessionária realizará o serviço público de administração e operação do TRANSPORTE COLETIVO em Balsas com base em parâmetros técnicos e operacionais, que assegurem a manutenção dos serviços, garantindo segurança e comodidade aos usuários, estando sujeita à fiscalização direta do Município, obrigando-se a cumprir todos os princípios que regem a Administração Pública.

Parágrafo segundo: Entende-se por serviço adequado, aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação. Atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos, das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão dos serviços.

Parágrafo terceiro: A CONCESSIONÁRIA se obriga ainda a:

- i) prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, por meio de mão de obra qualificada, e com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, observadas as especificações constantes neste Projeto Básico, na Proposta Técnica e na Proposta de Preços da CONCESSIONÁRIA e na respectiva Ordem de Serviço;
- ii) apresentar o PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS -MA para aprovação pelo Poder Concedente, como base a Proposta Técnica apresentada na licitação, observado o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir da assinatura do Contrato de Concessão;
- iii) iniciar a operação dos serviços no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data de assinatura do Contrato de Concessão;
- iv) refazer ou corrigir os serviços impugnados, no todo ou em parte, conforme análise técnica da Comissão de Fiscalização e aprovação da Equipe de Gestão do Contrato, contado a partir do recebimento da respectiva Notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- v) cumprir normas e procedimentos operacionais, bem como as tabelas de horários e linhas que venham a ser fixadas pelo CONCEDENTE;
- vi) garantir o pleno funcionamento dos serviços essenciais ao Transporte Coletivo;
- vii) divulgar aos usuários informações sobre créditos tarifários
- viii) realizar os investimentos na forma, prazo e condições previstos no Edital e Anexos;

- ix) proibir a interrupção das viagens, salvo em caso fortuito ou de força maior, caso em que a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a adotar as providências necessárias e imediatas para garantia, ao usuário, do prosseguimento de sua viagem;
- x) coibir o funcionamento de qualquer aparelho nas áreas ocupadas que produza som ou ruído que possa importunar o usuário do serviço
- xi) estabelecer, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Poder Concedente, os locais e os horários destinados a embarque e desembarque de passageiros;
- xii) utilizar veículos que atendam às características técnicas e com idade determinadas no Edital e seus Anexos, em perfeitas condições de uso, segurança e limpeza;
- xiii) implantar sistema de catraca eletrônica para acesso ao coletivo;
- xiv) implantar sistema de sinalização para todos os usuários dos seus serviços;
- xv) responsabilizar-se pela proteção e preservação dos terminais de integração, se construídos;
- xvi) encaminhar ao CONCEDENTE, sempre que solicitado, documentação pertinente aos serviços executados no cumprimento do objeto licitado;
- xvii) apresentar mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, RELATÓRIO MENSAL contendo, no mínimo, as seguintes informações: dados operacionais do transporte público Municipal, sendo: total de passageiros diários do mês anterior, por linha, tipo de dia e por categoria de usuário; notas fiscais da aquisição de combustível e demais insumos; comprovantes dos preços dos chassis e carrocerias; comprovantes de aquisição de pneus e recapagem; comprovante da base salarial da categoria (Dissídio); comprovante dos benefícios pagos aos funcionários; comprovante de remuneração paga a diretoria; comprovante do seguro da frota, SBE, GPS, câmeras e Wi-fi; relação da frota; relatório da quilometragem percorrida; demonstrativo do custo tributário direto; demonstrativo do custo previdenciário direto; demonstrativo do quadro de funcionários; demonstrativo do passageiro equivalente com todas as receitas; demonstrativo do consumo de diesel dos veículos; demonstrativo do valor do seguro obrigatório por veículo; demonstrativo de acidentes; demonstrativo das reclamações e queixas; comprovante de entrega da SEFIP; comprovante de recolhimento da guia do FGTS; comprovante de recolhimento do INSS dos funcionários e empresa; folha de pagamento do mês corrente; guia do IRRF dos funcionários; guia do ISS a prefeitura; relação dos funcionários admitidos e demitidos no mês; relação dos funcionários afastados por férias, auxílio doença e acidente; relatório com as quantidades de cartões com gratuidades; relatório com clientes que utilizam o sistema de vale transporte; além do sistema disponibilizado para acompanhamento diário de controle de bilhetagem;
- xviii) apresentar trimestralmente, até o dia 25 do mês subsequente ao referido trimestre, o Relatório de Prestação de Contas contendo mapas estatísticos, resumo das atividades

operacionais, administrativas e fatos relevantes ocorridos no período, bem como a prestação de contas de todas as receitas aferidas no referido trimestre, que são a base de aferição da concessão;

- xix) apresentar anualmente, até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, o Relatório de Avaliação dos Investimentos realizados no sistema de Transporte Coletivo;
- xx) propor a cada ano, caso necessário, uma revisão do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS - MA, levando em consideração a situação do tráfego na região, os tempos efetivos de percurso e as melhorias implantadas no sistema viário, avanços tecnológicos, para análise e aprovação pelo poder público Municipal;
- xxi) assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos, tarifas e encargos porventura devidos e/ou verificados em face da operação dos serviços, previstos na legislação vigente;
- xxii) relatar ao Poder Concedente toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da vigência do Contrato;
- xxiii) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Poder Concedente ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo ao local dos trabalhos, desde que previamente com agendamento;
- xxiv) designar preposto que atuará como responsável pelo relacionamento administrativo com o Poder Concedente, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços
- xxv) apresentar relação com endereço físico, e-mail e celulares, para fins de contato;
- xxvi) comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone e outros dados que forem importantes;
- xxvii) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- xxviii) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- xxix) identificar seu pessoal nos atendimentos de execução dos serviços;
- xxx) manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- xxxi) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

- xxxii) responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pela Administração;
- xxxiii) instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e incêndios;
- xxxiv) registrar e controlar diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas;
- xxxv) responder, nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
- xxxvi) arcar com as despesas com transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da execução dos serviços;
- xxxvii) respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- xxxviii) responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços, como única e exclusiva empregadora;
- xxxix) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;
- xl) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- xli) Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no anexo, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.
- xlii) responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos pelos empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- xliii) adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos, sendo de sua exclusiva responsabilidade a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas;

- xliv) responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do objeto do Contrato, respondendo por si e por seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- xlv) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- xlvi) apresentar, sempre que solicitado pelo CONCEDENTE, as certidões de regularidade fiscal exigidas para Habilitação na presente licitação
- xlvi) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZ – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

Os direitos básicos do CONCEDENTE são todos aqueles previstos em Lei e Contrato, destacando especialmente os referentes à regulamentação, planejamento, fiscalização e aplicação de multas e, como obrigação principal, a de assegurar o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços durante a vigência da Concessão, através de reajustes ou revisão periódica de tarifas, conforme previsto na minuta do contrato de concessão.

Parágrafo primeiro: São obrigações do Poder Concedente:

- a) Garantir o necessário apoio dos Poderes Públicos à CONCESSIONÁRIA, especialmente quanto à Segurança, Trânsito, Coleta de Lixo e Saúde;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- c) Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- d) Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e a conservação dos bens reversíveis, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas em Edital, contrato e anexos;
- e) Aprovar os projetos executivos e acompanhar as instalações e fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação, sistema de catraca eletrônica e de monitoramento;
- f) Exercer a fiscalização dos serviços através de seus setores técnicos e administrativos próprios, com o objetivo de assegurar o estrito cumprimento do contrato e a melhor prestação de serviços aos usuários, atendidos os preceitos contidos nos artigos 6º e 7º, ambos da Lei Federal nº 8.987/95;

- g) Intervir na prestação dos serviços, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95;
- h) Coibir a ação de transporte coletivo clandestino;
- i) Exercer seu poder de polícia no sentido de impedir, terminante e rigorosamente, a interferência de qualquer atividade que possa prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro da equação inicial a ser pactuada, em especial vedando a ação dos transportadores alternativos que, de alguma forma, fraudem, burlem, ou tentem fraudar ou burlar a destinação básica do TRANSPORTE COLETIVO;
- j) Autorizar o reajuste e proceder à revisão das Tarifas, nos termos e conforme o disposto em contrato;
- k) Repassar a CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à realização dos serviços que sejam de sua responsabilidade;
- l) Aprovar previamente, cartazes, placas, faixas e outras peças promocionais e educativas a serem fixadas nas dependências do transporte coletivo;
- m) Regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.

Parágrafo segundo: Além das obrigações disponíveis neste instrumento, constituem ainda atribuições do CONCEDENTE aquelas dispostas no art. 18 da Lei Municipal nº 1.343/2017, em observância às seguintes alíneas:

- a) planejar o serviço, considerando as alternativas tecnológicas adequadas ao atendimento do interesse público, observando as diretrizes do planejamento urbano e sempre priorizando o transporte coletivo sobre o individual e o comercial;
- b) controlar, vistoriar e fiscalizar a execução do serviço;
- c) implantar, suprimir e alterar linhas de serviço, desde que não comprometa o equilíbrio econômico - financeiro do sistema e da contratada;
- d) fixar itinerários, pontos de parada, estações de transferência e estações de integração;
- e) emitir ordens de serviço, portarias, determinações, circulares e normas complementares dando prévio conhecimento às empresas contratadas, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência;
- f) fixar quadros de horários e frotas;
- g) vistoriar e fiscalizar os veículos e demais equipamentos e instalações;
- h) vistoriar e gerir custos e despesas do serviço;
- i) fixar parâmetros, coeficientes e índices da planilha de custos e promover a sua revisão, sempre que necessário;

- j) propor reajustes das tarifas e proceder à revisão dos níveis tarifários;
- k) Implantação de diferenciação de níveis tarifários, quando as distancias se mostrarem suficientemente grande, entretanto inicialmente os valores serão únicos;
- l) acompanhar junto à empresa contratada a venda de vale-transporte, passe escolar ou quaisquer outras formas de venda antecipada de passagens e/ou outros meios de pagamento das viagens, bem como editar as portarias necessárias à sua regulamentação e utilização;
- m) gerenciar as isenções e reduções tarifárias definidos pelo Poder Concedente;
- n) cadastrar as empresas contratadas e seus respectivos veículos;
- o) promover auditorias técnicas e operacionais nas contratadas;
- p) aplicar as penalidades previstas no contrato, nesta Lei e demais legislações pertinentes;
- q) fixar normas para a integração física, operacional e tarifária dos serviços;
- r) zelar pela boa qualidade dos serviços;
- s) receber, avaliar e solucionar as solicitações/reclamações enviadas pelos usuários e pelas empresas contratadas;
- t) estimular o aumento da qualidade e produtividade dos serviços prestados;
- u) garantir a preservação do meio ambiente e a conservação energética;
- v) garantir a participação dos usuários para defesa de interesses relativos ao serviço;
- w) . fiscalizar, coibir e apreender qualquer tipo de veículo que execute transporte que não tenha sido delegado ou autorizado pelo Poder Concedente, e que não esteja definido no contrato de concessão do serviço;
- x) cumprir e fazer cumprir esta Lei.

Parágrafo segundo: Para o exercício de suas atribuições, o Poder Concedente poderá contratar serviços de terceiros ou firmar convênios.

CLÁUSULA ONZE – DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO (TC)

São direitos e deveres dos usuários do transporte coletivo (TC), conforme art. 52 e 53 da Lei Municipal nº 1.343/2017:

- a) utilizar os cartões específicos do TC como forma de pagamento de passagens do sistema público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Balsas e dos demais municípios gerenciados pelo Poder Concedente;

- b) receber, sem custos, a 1ª (primeira) via do cartão do TC quando beneficiários de cartão de transporte gratuidade e do cartão de meia – passagem, conforme as regras definidas pelo Poder Concedente;
- c) São obrigações dos usuários do TC
- d) pagar pelos créditos eletrônicos adquiridos para pagamento de passagens do sistema público de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Balsas;
- e) pagar pela 1ª (primeira) via do cartão emitido por entidades estudantis conveniadas;
- f) pagar pela 2ª (segunda) via do cartão de transporte gratuidade e cartão de meia – passagem emitido pelo Poder Concedente;
- g) levar ao conhecimento do Poder Concedente as irregularidades de que tenha ciência, relacionadas ao TC;
- h) preservar os bens vinculados ao TC;
- i) comunicar perda, furto ou roubo de cartão do TC no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência.

CLÁUSULA DOZE - DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização formada por servidores especialmente designados por Portaria ou pelos respectivos substitutos.

Parágrafo primeiro: A Comissão de Fiscalização acompanhará a execução do Contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, bem como anotar no histórico de gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados

Parágrafo segundo: no caso de ser identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a Comissão de Fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do Contrato, determinando prazo para a correção.

Parágrafo terceiro: Comissão de Fiscalização informará à Equipe de Gestão do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Parágrafo quarto: Na hipótese de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a Comissão de Fiscalização comunicará o fato imediatamente à Equipe de Gestão do Contrato.

Parágrafo quinto: É dever da Comissão de Fiscalização comunicar à Equipe de Gestão do Contrato, em

tempo hábil, o término da vigência do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Parágrafo sexto: Cabe ainda à Comissão de Fiscalização verificar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Parágrafo sétimo: Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a Comissão de Fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à Equipe de Gestão do Contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

CLÁUSULA TREZE - DA GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão do Contrato será exercida pelo(a) _____ (nome do Setor) da _____ (nome da Secretaria), enquanto responsável pela coordenação das ações ao serviço de transporte público coletivo, e será responsável, dentre outras atribuições, pelo gerenciamento dos serviços, dos custos, e dos prazos, pela análise da manutenção da regularidade da CONTRATADA e por eventuais alterações deste Contrato de Concessão.

Parágrafo primeiro: Em razão da complexidade e do escopo dos serviços, deverá ser designada uma Equipe para realizar a gestão do Contrato, sendo subsidiada pela Comissão de Fiscalização.

Parágrafo segundo: A Equipe de Gestão coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do Contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do Contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

Parágrafo terceiro: Compete à Equipe de Gestão acompanhar os registros realizados pela Comissão de Fiscalização, de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, às autoridades superiores àquelas que ultrapassarem a sua competência.

Parágrafo quarto: A Equipe de Gestão deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no Relatório de Riscos Eventuais.

Parágrafo quinto: Além das atividades acima, ressalta-se as seguintes competências atribuídas à Equipe de Gestão:

- a) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos Fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- b) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- c) elaborar Relatório Final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- d) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do Contrato.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas moratórias:

- a) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do PLANO DE OPERAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO EM BALSAS/MA para aprovação pelo Poder Concedente, que deverá ser elaborado com base na Proposta Técnica apresentada na licitação;
- b) multa de 800 (oitocentas) Tarifas Públicas, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no início da operação dos serviços;
- c) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso no refazimento ou correção dos serviços impugnados, conforme prazos, termos e condições fixados pela Comissão de Fiscalização e aprovados da Equipe de Gestão do Contrato;
- d) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO MENSAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente;
- e) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO TRIMESTRAL, observado o prazo de até o 5º dia útil do mês subsequente ao referido trimestre;
- f) multa de 500 (quinhentas) Tarifas Públicas ao dia, calculada sobre o valor estimado para o 1º ano de contratação, por atraso na entrega do RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS, observado o prazo de até 31 de janeiro do ano subsequente.

Parágrafo segundo: As multas moratórias deveram considerar o limite de até 30 (trinta) dias para descumprimento da obrigação.

Parágrafo terceiro: O atraso superior ao 30º (trigésimo) dia autoriza o Município de Balsas a aplicar outras sanções administrativas, bem como promover a extinção do Contrato de Concessão por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

Parágrafo quarto: Além das multas moratórias a que se refere o item anterior, o Município de Balsas, por intermédio do Departamento Municipal de Trânsito – DMT, poderá ainda, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Parágrafo quinto: As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública poderão ser aplicadas à CONCESSIONÁRIA juntamente com a de multa.

Parágrafo sexto: O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Balsas ou, ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

Parágrafo sétimo: Nos casos de inexecução total do Contrato, por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração Pública.

Parágrafo oitavo: Nos casos de fraude na execução do Contrato cabe a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo nono: As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da respectiva Notificação.

Parágrafo décimo: Os processos administrativos formalizados para a aplicação de sanções administrativas poderão ser suspensos, no todo ou em parte, quando as justificativas apresentadas pela CONCESSIONÁRIA forem decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o que deverá ser analisado pela Equipe de Gestão do Contrato de Concessão. Em caso de aprovação, o PODER CONCEDENTE poderá fixar novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA QUINZE– DA REMUNERAÇÃO, REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE TARIFAS

A Concessionária será remunerada pelo serviço efetivamente prestado, nos termos estabelecidos na Proposta vencedora e legislação pertinente.

Parágrafo primeiro: O reajuste da remuneração da Concessionária será procedido de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, baseada na variação dos índices de custos ou preços relativos aos componentes admitidos pelo Concedente.

Parágrafo segundo: A tarifa contratual será revista pelo Concedente para mais ou para menos, conforme o caso, sempre que forem criados, alterados ou extintos tributos ou encargos legais à exceção dos impostos sobre a renda, modificações nos coeficientes de consumo pela melhoria do itinerário ou decorrente de atualizações tecnológicas, bem como pelas disposições legais ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão na tarifa estabelecida.

Parágrafo terceiro: É vedado estabelecer privilégios tarifários, exceto os previstos em lei

Parágrafo quarta: A Tarifa de Remuneração, calculada a ser executada no início do Contrato de Concessão, engloba a Tarifa Pública e a complementação tarifária mensal, e corresponde ao equilíbrio contratual, em obediência a Planilha de Custo do Sistema de Transporte de Balsas.

Parágrafo quinto: a Tarifa de Remuneração será atualizada a cada 12 (doze) meses pelo PODER CONCEDENTE, a partir da data de entrega da Proposta Comercial pela Concessionária, obedecendo, para tal, apenas critérios objetivos.

Parágrafo sexto: Os reajustes da Tarifa de Remuneração, quando da alteração da frota operante ou quilometragem programada, para mais ou para menos, serão determinados através da planilha de custo, nos termos da Planilha Tarifária de Balsas, e nos estudos econômicos financeiros apresentados pela Concessionária.

Parágrafo sétimo: Quando não ocorrer alteração da frota operante ou quilometragem, a Tarifa de Remuneração será reajustada, também a cada 12 (doze) meses, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$$RT = 0,44 \times i1 + 0,285 \times i2 + 0,175 \times i3 + 0,1 \times i4$$

Sendo RT = Reajuste da Tarifa;

i1 = a variação percentual da remuneração integral dos trabalhadores;

i2 = a variação percentual do preço do combustível;

i3 = a variação inflacionária do (Índice de Preços Consumidor Amplo);

i4 = a variação do IPK (Índice de Passageiros por Km);

Parágrafo oitavo: A complementação tarifária além da prevista originalmente, no início do contrato, ocorrerá quando o valor da Tarifa Pública reajustado, e o valor da complementação tarifária mensal não equivalerem ao valor da Tarifa de Remuneração;

Parágrafo nono: Fica assegurado a CONCESSIONÁRIA o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a ser pactuado por alteração contratual nos termos da Lei nº 14.133/2021, em casos decorrentes de atos de conveniência da administração, em caso, extinção ou acréscimo de rotas, por motivo de integração com outros serviços.

Parágrafo dez: A condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada sempre que necessário, nos termos da legislação em vigor, para ajustá-lo tendo como marco temporal a data da Proposta.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA SUBCONTRATAÇÃO

Será permitida a subcontratação dos serviços relativos às funções de operação, desde que parcial, e haja prévia anuência do Poder Concedente.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA TRANSFERÊNCIA

A transferência do Contrato de Concessão deverá cumprir todas as determinações legais e dependerá de prévia anuência do Poder Concedente.

Parágrafo primeiro: Para obter a anuência do Poder Concedente, o pretendente deverá: a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e b) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo Edital e Contrato.

CLÁUSULA DEZOITO – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação; e,
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

Parágrafo primeiro: Extinta a concessão, retornam a **CONCEDENTE** todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão, e os que venham apurados quando da presente contratação,

e a ser agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, havendo imediata assunção do objeto da concessão pelo **CONCEDENTE**.

Parágrafo segundo: Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o **CONCEDENTE** antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à **CONCESSIONÁRIA**.

Parágrafo terceiro: A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

Parágrafo quarto: No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**.

Parágrafo quinto: A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do **CONCEDENTE** a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste Edital e as normas contratuais.

Parágrafo sexto: A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo **CONCEDENTE** quando:

- i. O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços do TRANSPORTE COLETIVO;
- ii. A **CONCESSIONÁRIA** descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- iii. A **CONCESSIONÁRIA** paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;
- iv. A **CONCESSIONÁRIA** perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições no TRANSPORTE COLETIVO e suas operações;
- v. A **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da **CONCEDENTE** para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;
- vi. A **CONCESSIONÁRIA** não atender a intimação da **CONCEDENTE** no sentido de regularizar do serviço;

vii. A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

Parágrafo sétimo: A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

Parágrafo oitavo: Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva **CONCESSIONÁRIA**, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

Parágrafo nono: Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato do **CONCEDENTE** independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

Parágrafo dez: A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para o **CONCEDENTE** em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

CLÁUSULA DEZENOVE – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A rescisão do contrato firmado poderá ocorrer de forma:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

Parágrafo primeiro: A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VINTE – DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Ao final deste Contrato de Concessão, os eventuais bens ou obras públicas obtidas(os) decorrentes da prestação do serviço de transporte público coletivo, serão revertidas(os) ao CONCEDENTE, conforme art. 23, inciso X, da Lei Federal nº 8.987/1995.

CLÁUSULA VINTE E UM– DAS COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais

se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO

É permitida a cisão, incorporação ou fusão da CONTRATADA, desde que haja a prévia anuência do Poder Concedente.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO E DIREITOS

Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes e seus sucessores, não podendo nenhum deles ceder ou transferir o CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente Contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà, necessariamente, a cláusula “Não à Ordem”, retirando-lhe o caráter de circularidade, eximindo-se a CONTRATANTE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente Contrato e, em hipótese alguma, a CONTRATANTE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE/CONCEDENTE publicará o resumo do presente Contrato no Diário Oficial do Município de Balsas/ MA, obedecendo ao prazo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VINTE E CINCO - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca desta Cidade de Balsas, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem desta forma ajustados e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo, para que produza os seus reais e jurídicos efeitos.

Balsas (MA), _____ de _____ de 202x

CONTRATANTE _____

CONTRATADA _____

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____